

EDITORIAL

O Curso de Ciências Econômicas da FAE Centro Universitário disponibiliza a edição de novembro de 2017 da revista eletrônica mensal *Vitrine da Conjuntura*. O número atual traz as partes fixas do Panorama Econômico e dos Indicadores e dois artigos técnico-científicos que abordam assuntos relacionados à economia brasileira.

O primeiro texto discute a necessidade de estabelecimento de laços entre a presente fase de recuperação da economia e a construção de pilares para a expansão de longo prazo.

A segunda contribuição, mais encorpada, reúne elementos de avaliação das condições de o setor externo nacional, em franca evolução, poder representar uma espécie de catapulta para a superação da recessão, que assolou o País por aproximadamente três anos.

Excelente leitura.

Gilmar Mendes Lourenço

Editor.

Equipe Técnica



Carlos Ilton Cleto

Economista, doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



Gilmar Mendes Lourenço

Economista, mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



Rafael Polay Alcântara

Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas da FAE.

A RETOMADA ECONÔMICA E O LONGO PRAZO

Gilmar Mendes Lourenço

Dados, informações e indicadores disponíveis comprovam que a economia brasileira esboça sinais de discreta recuperação, depois de ter experimentado a maior e mais profunda recessão da história republicana, marcada pelo encolhimento de -8,5% do produto interno bruto (PIB) em um intervalo de três anos, em paralelo à expansão de 11% da economia global.

Os termômetros também permitem identificar que o ensaio de arrancada vem enfrentando obstáculos nada desprezíveis que, para piorar, têm sido frequentemente minimizados, quando não ignorados, justamente pelas instâncias políticas e institucionais encarregadas do erguimento das fortalezas imprescindíveis ao êxito do arranjo de um novo ciclo de crescimento.

Decerto, será extremamente espinhosa e morosa a tarefa de conserto das fraturas, produzidas pela sucessão de acidentes, provocados pela aplicação, desde fins de 2008, de uma matriz de política econômica intervencionista e desarticulada da necessidade de resgate da capacidade de multiplicação de ganhos de eficiência e competitividade do aparelho de negócios operante no País, exigida pelo acirramento da concorrência capitalista em escala mundial.

Isso porque, no terreno real, mesmo em rota ascendente, os níveis de atividade industrial e vendas do comércio de varejo, referentes a agosto de 2017, situam-se quase 15% abaixo daqueles verificados no pico de 2013. Frise-se que com a regressão industrial, a participação dos trabalhadores sindicalizados encolheu de 13,6% para 12,2% do contingente de assalariados, entre 2012 e 2016, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A investigação também mostra que 530 mil trabalhadores conseguiram registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), entre 2014 e 2016, cerca de metade daqueles que foram forçados ao deslocamento para o trabalho por conta própria no período, o que contribuiu para evitar a elevação ainda mais expressiva da informalidade.

Na mesma linha, o desemprego, embora vivenciando uma marcha cadente, alcançando 12,4% da população economicamente ativa (PEA), no terceiro trimestre de 2017, ainda é quase o dobro daquele observado em 2014 (inferior a 7% da PEA), e amparado na precariedade representada pelo avanço das atividades não registradas. Ademais, há cerca de 13,0 milhões de pessoas sem emprego à procura de trabalho, conforme estimativas da PNAD Contínua.

Enquanto isso, o índice de atividade econômica do Banco Central (IBC-Br), uma espécie de prévia do PIB, diminuiu -0,38% em agosto de 2017, em relação a julho, depois ter subido por dois meses consecutivos, o que atesta a natureza extremamente volátil da atual retomada.

Por esse prisma, emergem sinais curiosamente alguns elementos positivos sintetizados no enfraquecimento das limitações seculares ao restabelecimento dos círculos virtuosos, em especial a concatenação entre a debilidade do mercado de trabalho, a minimização das tensões inflacionárias e a inclinação para baixo da curva dos juros.

Em outros termos, a persistência de elevados patamares de desocupação da mão de obra favorece a continuidade do ambiente benigno ao controle da inflação e, por extensão, ao prosseguimento de cortes dos juros primários, pela autoridade monetária, que, se vier a contaminar a corrente de empréstimos e financiamentos a famílias em empresas, poderá impulsionar a demanda, algo estranho para os padrões de ajustamentos macroeconômicos costumeiramente acontecidos no Brasil.

Na reunião de 25 de outubro de 2017, o Comitê de Política Monetária (Copom), do BC, reduziu a taxa Selic para 7,5% ao ano, o nono corte seguido desde outubro de 2016, igualando-se ao segundo menor patamar da história, observado entre abril e maio de 2013, e aproximando-se do piso de 7,25% a.a., praticado entre outubro de 2012 e abril de 2013.

De acordo com pesquisa do Ibope Inteligência e da empresa Mais Fluxo, houve acréscimo de circulação de pessoas nos shoppings populares do País, de 12,5 milhões, entre julho e setembro de 2017, frente ao mesmo lapso de 2016, quase o dobro do incremento constatado naqueles frequentados predominantemente pela classe média, apontando movimento de regresso das famílias às compras de bens não essenciais, depois da diminuição da inadimplência e/ou renegociação de passivos.

A calma inflacionária, que resulta em menor corrosão do orçamento dos consumidores, pode ser traduzida na variação de 1,78% do índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA) - aferido pelo IBGE para a cesta de consumo de famílias com renda mensal entre um quarenta salários mínimos -, entre janeiro e setembro de 2017, a menor para o período desde 1998.

É igualmente potencializada pela enorme margem de ociosidade, acumulada pela indústria durante os tempos de mergulho no pântano contracionista, e a supersafra de grãos, estimada também pelo IBGE em 240,9 milhões de toneladas, sendo 30,3% superior à de 2016, fazendo com os preços médios do item alimentos, do IPCA, recuarem -1,97%, no intervalo em tela.

Ademais, no front externo, delinea-se a zeragem do déficit em transações correntes do balanço de pagamentos em médio prazo - depois do buraco de US\$ 104,2 bilhões, cavado em 2014, representando vazamento de 4,2% do PIB -, graças, inicialmente, à redução das importações, associada à retração da absorção doméstica, e, presentemente, à subida das vendas externas, ainda fortemente influenciada pela recuperação da demanda e dos preços das commodities alimentares.

Não por acaso, o índice de confiança do empresário industrial, medido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), atingiu 56,0 pontos em outubro de 2017, situando-se, pelo segundo mês seguido, acima da média de 54,0 pontos da série histórica iniciada em 2007. Lembre-se que o indicador varia entre zero e cem pontos, denotando otimismo quando registra patamares superiores a 50,0 pontos.

O aproveitamento do clima favorável à arrumação dos parâmetros de curto prazo exige erro zero na ordenação macroeconômica.

O aproveitamento do clima propício à arrumação dos parâmetros de curto prazo e o engate das variáveis determinantes do potencial expansivo de longa maturação exigem erro zero na ordenação macroeconômica e negociação coletiva de um programa de desenvolvimento, acompanhada da definição política dos ganhadores e perdedores diretos das (esperadas) fases douradas.

Para tanto, revela-se crucial a perseguição da fixação de referências futuras para as escolhas estratégicas atuais, centradas na desobstrução dos estrangulamentos fiscais, infraestruturais e de vanguarda à restauração de atmosferas pró-crescimento.

É inadiável a formulação e execução de um conjunto de reformas institucionais que devolva a funcionalidade ao estado brasileiro, por meio do reequilíbrio financeiro e orçamentário, nas diferentes esferas (união, estados e municípios), o retorno e aprofundamento das privatizações, a priorização de inversões nos itens referenciais de saltos de paradigmas, sobretudo educação e inovação, e o encaixe competitivo de empresas atuantes no território nacional nas complexas cadeias de valor planetária.

O País precisa eliminar, ou ao menos reverter, os fenômenos conjugados de reprimarização da pauta exportadora e desindustrialização, intensificados a partir da década de 2000, em razão da mistura entre boom das commodities, desprezo à busca de espaços no mercado externo e fortalecimento da demanda interna em vigas frágeis, ancoradas na premissa de eterna abundância de haveres públicos ou, o que é mais gritante, do infinito poder governamental de expropriação tributária da sociedade.

Nesse particular, aos que advogam de maneira ferrenha a atenção preferencial à indústria 4.0, cumpre sublinhar que o fôlego fabril nacional ainda permanece dependente dos equipamentos subjacentes à segunda revolução, que não podem ser simplesmente desligados. A não ser que os *policy makers* destas paragens desejem agravar o quadro inóspito para investimentos em ciência e tecnologia e produtividade dos fatores de produção, explicativo da classificação brasileira nas últimas posições nos rankings globais de inovação e eficiência.

O palco destinado ao tratamento adequado de tais problemas e à resolução dos impasses deverá ser montado para exibição de espetáculos apenas de 2019 em diante, na esperança de que o pleito eleitoral de 2018, com grandes chances de assemelhar-se à fauna de 1989, a primeira pós-redemocratização, não oportunize a vitória de proposições salvacionistas e inclinações populistas, em detrimento das agendas reformistas.

CRISE E PORTA DE SAÍDA EXPORTADORA

Gilmar Mendes Lourenço

Em 18 de outubro de 2017, tive a oportunidade de proferir palestra na FAE Business School, a convite da coordenação do curso de pós-graduação em Negócios Internacionais, comandado pela professora doutora Andrea Levek, centrada na tentativa de avaliar as chances de o comércio exterior vir a representar um elemento de superação da conjuntura de estagnação, vivida pela economia brasileira, depois do escape da profunda recessão, à qual ficou presa por aproximadamente três anos.

De fato, é forçoso reconhecer que os sinais de recuperação dos negócios no País, precisamente a partir do segundo trimestre do corrente ano, brotaram em fins de 2015, com a impulsão das vendas realizadas para os agentes econômicos residentes no resto do mundo, fruto da reação generalizada da economia global, depois da superação do default provocado pelo mercado hipotecário de segunda linha dos Estados Unidos (EUA), em 2008 e 2009.

De acordo com estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), o produto interno bruto (PIB) do planeta vem registrando variação superior a 3,0% ao ano desde 2013, puxado pela moderada, porém contínua, reação dos mercados avançados (Estados Unidos, Europa e Japão) e a desaceleração não acentuada do crescimento dos emergentes, especialmente a China.

O patinho feio da reativação global é representado pelo Brasil que, em consequência de incursões macroeconômicas intervencionistas e populistas, empenhadas em imputar a culpa das mazelas domésticas a eventos exógenos, encenou o espetáculo da maior depressão de sua história, a partir do princípio de 2014, abdicando dos benefícios proporcionados pelo circuito ascendente no ambiente mundial.

No entanto, desta feita, a crise não traz a assinatura de “seres de olhos azuis”, como sublinhava o ex-presidente Lula, em fins de 2008, aspecto expresso na forte compressão do déficit em transações correntes do balanço de pagamentos, que caiu de –US\$ 104,2 bilhões, em 2014, ou 4,2% do PIB, para –US\$ 13,5 bilhões, em doze meses encerrados em agosto de 2017, ou 0,7% do PIB.

Essa diminuição da vulnerabilidade externa da nação foi viabilizada a partir de 2015, por meio da mistura entre o choque inflacionário promovido pelo então ministro da fazenda, Joaquim Levy, centrado no regresso do realismo tarifário e cambial, e a pronunciada retração dos níveis de atividade, forçando as corporações a buscarem compensar parte das perdas, derivadas do encolhimento da absorção interna (investimento e consumo, público e privado), com maior penetração na fronteira internacional.

Por essa ordem de resgate de dinamismo, a via de mão dupla das relações internacionais ensejou acréscimos de 14,1%, 4,6%, 42,0% e 10%, das exportações, importações, saldo da balança comercial e corrente de comércio do país, respectivamente, em doze meses findos em setembro de 2017. Tal fenômeno reproduz o encaixe na curva virtuosa global e a ainda frágil retomada da expansão endógena que, inclusive, induziu a inversão da marcha ladeira abaixo das importações.

No entanto, parece prematura a feitura de prognósticos mais otimistas acerca da perpetuação do desempenho positivo do setor externo brasileiro e, mais ainda, do diagnóstico deste poder constituir a arma secreta para a fuga da recessão. Isso porque, a performance favorável está ligada essencialmente à emergência de fatores transitórios, que podem desaparecer de forma tão rápida e surpreendente como surgiram, especialmente se forem consideradas as nada desprezíveis barreiras *made in Brazil*.

Pelo ângulo das exportações, é fácil perceber a natureza pouco diversificada da pauta de produtos e de pontos de destino. Quase dois terços do valor das vendas internacionais do País correspondem a itens básicos e semielaborados, com menor capacidade de agregação de valor, vis a vis os manufaturados, com preponderância dos complexos especializados em proteína vegetal (soja) e animal (carnes) e dos ramos ligados à mineração. (tabela 1).

Parece prematura a feitura de prognósticos mais otimistas acerca da perpetuação do desempenho positivo do setor externo brasileiro.

TABELA 1 - BRASIL – EXPORTAÇÕES POR CATEGORIAS DE FATOR AGREGADO E PRINCIPAIS PRODUTOS - JANEIRO-SETEMBRO/2016-2017 – EM %

CATEGORIAS/PRODUTOS	PARTICIPAÇÃO %	
	2016	2017
BÁSICOS	44,5	47,6
Soja em grão	13,3	14,0
Minério de ferro	6,6	8,6
Petróleo em bruto	5,1	8,1
Carne de frango	3,3	3,0
Farelo de soja	3,0	2,4
Café em grão	2,3	2,0
SEMIMANUFATURADOS	14,8	14,2
Açúcar em bruto	4,2	4,2
Celulose	2,9	2,8
Semimanufaturados de ferro e aço	1,4	1,8
MANUFATURADOS	38,4	36,0
Automóveis de passageiros	2,3	3,0
Aviões	2,2	1,6
Veículos de carga	1,1	1,3
TOTAL	100,0	100,0

FONTE: SECEX/MDIC

Mais de um terço do valor contratado é endereçado à Ásia, 19% à União Europeia, 16% à América do Sul e 15% à América do Norte, tendo como principais pontos de compra a China (24,3%), Estados Unidos (12,1%), Argentina (7,8%) e Holanda (4,8%), este último em decorrência do funcionamento do porto de Roterdã, o mais movimentado do mundo até 2004, quando foi suplantado pelos asiáticos de Xangai e Cingapura (tabela 2).

TABELA 2 - BRASIL – EXPORTAÇÕES SEGUNDO PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS E PAÍSES DE DESTINO – JANEIRO-SETEMBRO/2016-2017 – EM %

DESTINOS	PARTICIPAÇÃO %	
	2016	2017
ÁSIA	34,2	37,3
China	21,5	24,3 (1º)
Japão	2,5	2,3
Coréia do Sul	1,7	1,4
EUROPA	21,8	18,7
União Europeia	18,2	15,7(2º)
AMÉRICA DO SUL	15,8	15,8
Mercosul	10,3	10,3
Argentina	7,1	7,8 (4º)
AMÉRICA DO NORTE	15,5	15,4
Estados Unidos	12,2	12,1 (3º)
México	2,0	2,1
ORIENTE MÉDIO	5,4	5,3
ÁFRICA	4,1	4,3
TOTAL	100,0	100,0

FONTE: SECEX/MDIC

No tocante às importações, também há apreciável concentração de pauta e origem dos produtos. Dois terços do montante comprado equivalem a bens intermediários, com destaque para insumos industriais elaborados (37,6%) e peças e acessórios para máquinas e equipamentos (12,2%), reflexo da agudização do processo de desindustrialização brasileiro, produzido nas últimas três décadas. (tabela 3).

TABELA 3 - BRASIL – IMPORTAÇÕES POR CATEGORIAS ECONÔMICAS E PRINCIPAIS PRODUTOS – JANEIRO-SETEMBRO/2016-2017 – EM %

CATEGORIAS/PRODUTOS	PARTICIPAÇÃO %	
	2016	2017
BENS DE CAPITAL	13,9	10,5
BENS INTERMEDIÁRIOS	61,3	63,0
Insumos industriais elaborados	35,1	37,6
Peças e acessórios para bens de capital	11,4	12,2
Peças para equipamentos de transporte	10,1	8,7
BENS DE CONSUMO	15,5	15,1
Duráveis	3,1	3,1
Semiduráveis	2,9	3,0
Não duráveis	5,5	5,2
Alimentos e bebidas	4,0	3,8
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	9,1	11,3
TOTAL	100,0	100,0

FONTE: SECEX/MDIC

Mais precisamente, o peso do segmento de transformação fabril na formação do PIB nacional despencou de 33,7%, em 1980, para 11,7%, em 2016, segundo inferências do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Um terço do valor total comprado fora das fronteiras provém da Ásia, 21,0% da União Europeia, 21% da América do Norte e 13,0% da América do Sul. (tabela 4).

TABELA 4 - BRASIL – IMPORTAÇÕES SEGUNDO PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS E PAÍSES DE DESTINO – JANEIRO-SETEMBRO/2016-2017 – EM %

DESTINOS	PARTICIPAÇÃO %	
	2016	2017
ÁSIA	31,3	32,6
China	17,0	18,3 (2º)
Japão	2,6	2,5
Coréia do Sul	4,2	3,6
EUROPA	26,9	25,6
União Europeia	23,1	21,3 (1º)
AMÉRICA DO NORTE	21,0	20,6
Estados Unidos	17,2	16,8 (3º)
México	2,5	2,7
AMÉRICA DO SUL	13,4	13,4
Mercosul	8,7	8,3 (4º)
Argentina	6,4	6,3
ORIENTE MÉDIO	2,6	2,5
ÁFRICA	3,6	3,8
TOTAL	100,0	100,0

FONTE: SECEX/MDIC

O alargamento da abrangência do comércio externo brasileiro depende da intensificação da integração competitiva de empresas e ramos produtivos, operantes no território nacional, nos segmentos nobres das cadeias globais de valor.

Sem contar que considerando que o Brasil responde por 3,3% do PIB mundial, sua participação nas trocas globais é, na melhor das hipóteses, desprezível. O País contribui com 1,1% e 0,7% das exportações totais e de manufaturados, respectivamente, do planeta, revelando praticamente a mesma expressão experimentada há mais de trinta anos. Enquanto o coeficiente de exportação (exportações/PIB) do mundo é de 30%, no Brasil situa-se pouco acima de 10%.

Nessas circunstâncias, o desejado alargamento da abrangência quantitativa e qualitativa do comércio externo brasileiro depende da intensificação da integração competitiva de empresas e ramos produtivos, operantes no território nacional, nos segmentos nobres das cadeias globais de valor. Para tanto, as entidades públicas e privadas envolvidas direta e indiretamente com o problema deverão desenvolver, de modo articulado, esforços na direção da construção de um programa de maior inserção externa e exposição à concorrência, ancorado na busca de enfrentamento e derrubada de um conjunto de obstáculos.

A primeira empreitada engloba o desmanche das amarras macroeconômicas, expressas na dobradinha formada por juros elevados e câmbio apreciado que, em não poucos períodos, tem resultado em brutal compressão de poder competitivo das exportações e, no limite, o desmonte de redes de comercialização, como ocorrido no intervalo 1994-1998, notabilizado pelo emprego da âncora cambial do plano real, que debelou a hiperinflação e restituiu as noções de unidade de conta e reserva de valor da moeda. Há também a insuficiência e o alto preço do crédito, limitado quase que exclusivamente às operações de adiantamento de contrato de câmbio.

No mesmo sentido, surgem as limitações de caráter tributário, caracterizadas pelo excesso de impostos em cascata e as perenes dificuldades de ressarcimento dos créditos acumulados com a cobrança do PIS e da COFINS.

A terceira restrição abarca os aspectos logísticos, sintetizados no custo Brasil, evidenciado pelo eminente risco de apagão infraestrutural, por conta da deterioração e inadequação da malha de transportes, dominada pelo modal rodoviário, das substanciais despesas (encargos, taxas e tarifas) portuárias e aeroportuárias e da perda de tempo imposta pela burocracia alfandegária e aduaneira.

O quarto entrave abrange o deficiente aparato institucional e legal, composto pelo excessivo número de documentos exigidos, apoiados em complexas e conflituosas leis, além da sujeição a bruscas e frequentes alterações de regras, penalizando a celebração de acordos comerciais.

O quinto eixo de dificuldades enfeixa a política comercial, ou a falta dela. Na última década e meia, as autoridades brasileiras preferiram estreitar laços comerciais à margem da globalização, priorizando interesses ideológicos em detrimento de ações pragmáticas de procura de feitura de transações com blocos e países mais encorpados e detentores de demanda diversificada.

O sexto bloco de atrapalho diz respeito ao acesso aos mercados externos, prejudicado pelo diminuto empenho na celebração de acordos e alianças comerciais e na redução, eliminação e adequação às barreiras erguidas pelos centros compradores, especialmente as tarifárias e não tarifárias, sanitárias e fitossanitárias, sociais, além dos empecilhos burocráticos, do estabelecimento de cotas e de práticas de dumping.

Por fim, o sétimo fator de desconforto diz respeito ao não encaixe nos ditames mercadológicos contemporâneos, marcado pela insuficiência de oferta de produtos a preços competitivos, escassez de prospecção de mercados potenciais, diminuta abrangência de estudos e pesquisas de inteligência comercial e falta de estratégias e táticas de internacionalização e de uma cultura exportadora.

INDICADORES

Rafael Polay Alcântara

EXPECTATIVA MÉDIA ANUAL DO MERCADO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA: PIB, JUROS, CÂMBIO E INFLAÇÃO - 2017-2021

ANO	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB	TAXA DE JUROS SELIC	TAXA DE CÂMBIO R\$/US\$	TAXA DE INFLAÇÃO IPCA
2017	0,72	9,85	3,17	3,09
2018	2,45	6,88	3,23	4,04
2019	2,72	7,88	3,33	4,20
2020	2,72	8,07	3,39	4,05
2021	2,72	7,97	3,43	4,00

FONTE: Banco Central do Brasil, GERIN. Com base nas expectativas de 27/10/2017

DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (% PIB) – COMPARAÇÃO MENSAL ÚLTIMOS 10 ANOS - SETEMBRO 2007-2017

SET/ANO	GOVERNO FEDERAL	BACEN	GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	EMPRESAS ESTATAIS	SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO
2007	28,82	1,33	13,68	0,75	44,59
2008	26,78	-0,88	13,28	0,78	39,96
2009	29,44	-1,06	12,46	0,72	41,56
2010	27,18	-1,02	11,45	0,61	38,22
2011	24,30	-1,08	10,85	0,59	34,67
2012	22,31	-1,02	10,81	0,53	32,62
2013	21,42	-1,01	10,50	0,60	31,51
2014	21,92	-1,11	10,64	0,63	32,07
2015	21,79	-2,91	12,29	0,84	32,01
2016	32,29	-2,56	12,12	0,87	42,73
2017	33,24	-2,59	12,08	0,87	43,61

FONTE: Banco Central do Brasil, DEPEC.

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM CURITIBA – SETEMBRO/2017

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	CURITIBA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	23.277	72,09	32.289	27,07	86.000	2,03	1.148.307
DESLIGAMENTOS	24.160	73,76	32.757	29,04	83.199	2,17	1.113.915
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2017	684.113	70,52	970.038	26,51	2.580.699	1,79	38.320.321
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	151.613	71,74	211.323	23,34	649.668	1,85	8.182.382
VARIAÇÃO ABSOLUTA	- 883		- 468		2.801		34.392

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Curitiba em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – SETEMBRO/2017

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	2.876	8,91	32.289	3,34	86.000	0,25	1.148.307
DESLIGAMENTOS	2.558	7,81	32.757	3,07	83.199	0,23	1.113.915
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2017	85.491	8,81	970.038	3,31	2.580.699	0,22	38.320.321
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	14.429	6,83	211.323	2,22	649.668	0,18	8.182.382
VARIAÇÃO ABSOLUTA	318		-468		2.801		34.392

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de São José dos Pinhais em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM ARAUCÁRIA – SETEMBRO/2017

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	ARAUCÁRIA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	1.108	3,43	32.289	1,29	86.000	0,1	1.148.307
DESLIGAMENTOS	1.046	3,19	32.757	1,26	83.199	0,09	1.113.915
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2017	37.885	3,91	970.038	1,47	2.580.699	0,1	38.320.321
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	5.706	2,7	211.323	0,88	649.668	0,07	8.182.382
VARIAÇÃO ABSOLUTA	62		-468		2.801		34.392

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Araucária em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

INDICADORES

Rafael Polay Alcântara

EVOLUÇÃO DIÁRIA DO ÍNDICE BOVESPA (IBOVESPA) - OUT/2016 – SET/2017

DIA	JAN /17	FEV/17	MAR/17	ABR/17	MAI/17	JUN/17	JUL/17	AGO/17	SET/17	OUT/16	NOV/16	DEZ/16
1		64836,12	66988,87			62288,52		66.516,23	71.923,11		63326,41	59506,54
2	59588,70	64578,21	65854,93		66721,74	62510,69		67.135,99				60316,12
3	61813,83	64953,93	66785,53	65211,47	66093,78		63279,58	66.777,13		59461,22	61750,17	
4	61589,05			65768,91	64862,60		63231,59	66.897,98	72.128,83	59.339,22	61598,39	
5	62070,98			64774,76	65709,73	62450,45	63154,17		72.150,87	60254,34		59831,72
6	61665,36	63992,93	66341,36	64222,72		62954,69	62470,33		73.412,41	60644,24		61088,24
7		64198,89	65742,32	64593,10		63170,73	62322,40	67.939,65		61108,98	64051,65	61414,40
8		64835,40	64718,01		65526,04	62755,57		67.898,93	73.078,85		64157,67	60676,56
9	61700,29	64964,88	64585,23		66277,67	62210,55		67.671,06			63258,26	60500,61
10	62131,80	66124,52	64675,46	64649,81	67349,72		63025,46	66.992,08		61668,33	61200,95	
11	62446,26			64359,79	67537,61		63832,15	67.358,58	74.319,21	61021,84	59183,50	
12	63953,93			63891,67	68221,94	61700,23	64835,55		74.538,55			59178,61
13	63651,51	66967,64	65534,30	62826,28		61828,99	65178,34		74.787,56	61118,58		59280,57
14		66712,88	64699,46			61922,92	65436,17	68.284,66	74.656,68	61767,21	59657,46	58212,11
15		67975,58	66234,87		68474,18			68.355,12	75.756,51			58396,16
16	63831,27	67814,24	65782,85		68684,49	61626,41		68.594,29			60759,31	58389,04
17	64354,33	67748,41	64209,93	64334,92	67540,25		65212,31	67.976,79		62696,10	59770,47	
18	64149,57			64158,84	61597,05		65337,66	68.714,65	75.990,40	63782,20	59961,76	
19	63950,86			63406,97	62639,30	62014,03	65179,92		75.974,18	63505,60		57110,99
20	64521,18	68532,85	64884,26	63760,62		60766,15	64938,01		76.004,15	63837,85		57582,89
21		69052,02	62980,37			60761,74	64684,18	68.634,64	75.604,34	64108,08	61070,27	57646,52
22		68589,54	63521,33		61673,49	61272,21		70.011,25	75.389,75		61954,47	57255,22
23	65748,62	67461,39	63530,78		62662,48	61087,13		70.477,63			61985,90	57937,10
24	65840,09	66662,10	63853,77	64389,01	63257,35		65099,55	71.132,79		64059,89	61395,53	
25				65148,34	63226,78		65667,62	71.073,65	74.443,47	63866,20	61559,07	
26	66190,62			64861,92	64085,41	62188,08	65010,57		74.318,72	63825,68		58620,26
27	66033,98		64308,38	64676,55		61675,46	65277,38		73.796,71	64249,50		58696,69
28			64640,45	65403,24		62017,97	65497,12	71.016,59	73.567,24	64307,63	62855,49	59781,63
29			65528,28		63760,94	62238,95		71.329,85	74.293,50		60986,51	60227,28
30	64301,73		65265,98		63962,26	62899,97		70.886,25			61906,35	
31	64670,78		64984,06		62711,47		65920,36	70.835,05		64924,51		
MÍNIMO	59588,70	63992,93	62980,37	62826,28	61597,05	60761,74	62322,40	66.516,23	71.923,11	59339,22	59183,50	57110,99
MÁXIMO	66190,62	69052,02	66988,87	65768,91	68684,49	63170,73	65920,36	71.329,85	76.004,15	64924,51	64157,67	61414,40

FONTE: BM&FBovespa

NOTA: Índice Ibovespa é o valor atual, em moeda corrente, de uma carteira teórica de ações constituída em 2/1/1968 (valor-base: 100 pontos), a partir de uma aplicação hipotética. Supõe-se não ter sido efetuado nenhum investimento adicional desde então, considerando-se somente os ajustes efetuados em decorrência da distribuição de proventos pelas empresas emissoras (tais como reversão de dividendos recebidos e do valor apurado com a venda de direitos de subscrição, e manutenção em carteira das ações recebidas em bonificação). Dessa forma, o índice reflete não apenas as variações dos preços das ações, mas também o impacto da distribuição dos proventos, sendo considerado um indicador que avalia o retorno total de suas ações componentes (IBOVESPA).

PREÇO MÉDIO MENSAL E NOMINAL NO ATACADO EM REAIS (R\$) DE PRODUTOS AGRÍCOLAS SELECIONADOS DEZ/2000–OUT/2017

PERÍODO	SÃO PAULO		PARANÁ			
	Arroz (30 Kg)	Feijão Preto (30 Kg)	Soja (em farelo) (t)	Trigo (em grão) (60 Kg)	Milho (60 Kg)	
Dez/00	20,69	19,08	434,03	15,03	10,30	
Dez/01	28,00	49,95	496,42	17,80	11,78	
Dez/02	38,00	48,47	745,55	34,94	24,37	
Dez/03	52,36	43,16	756,77	28,58	17,73	
Dez/04	33,78	48,65	522,76	21,26	15,00	
Dez/05	30,00	60,01	513,04	21,96	14,26	
Dez/06	34,01	33,47	506,57	29,23	19,44	
Dez/07	43,67	72,29	682,33	34,35	28,69	
Dez/08	52,54	85,72	736,91	28,50	17,93	
Dez/09	48,34	44,14	740,11	27,50	17,66	
Dez/10	54,40	56,57	734,82	27,40	22,69	
Dez/11	44,28	52,75	584,62	26,43	23,20	
Dez/12	65,00	80,81	1.239,97	41,50	31,00	
Dez/13	59,51	92,71	1.298,74	47,27	22,54	
Dez/14	60,00	78,69	1.174,61	34,32	24,95	
Dez/15	62,10	87,64	1314,07	43,30	29,39	
Jan/16	66,85	106,78	1397,50	44,10	36,59	
Fev/16	68,55	100,91	1404,32	45,16	38,67	
Mar/16	69,97	96,83	1140,93	45,29	41,08	
Abr/16	69,89	98,09	1110,13	46,60	46,10	
Mai/16	71,45	107,83	1319,96	46,19	49,96	

INDICADORES

Rafael Polay Alcântara

Jun/16	73,02	131,01	1572,48	53,74	49,13
Jul/16	69,81	158,53	1489,45	53,68	41,15
Ago/16	74,62	152,55	1353,58	50,77	40,86
Set/16	77,21	148,65	1281,50	43,34	37,86
Out/16	77,58	161,76	1211,86	39,45	38,32
Nov/16	...	155,06	1220,52	38,25	35,63
Dez/16	...	147,81	1212,32	37,62	34,81
Jan/17	...	125,18	1153,42	37,19	32,92
Fev/17	...	106,44	1.138,59	36,14	30,25
Mar/17	...	104,81	1.063,18	35,70	27,89
Abr/17	...	96,55	1.012,31	36,25	25,67
Mai/17	...	101,82	1.015,39	36,57	25,61
Jun/17	...	111,60	1.018,95	37,46	24,36
Jul/17	...	99,96	1.087,77	38,73	22,84
Ago/17	...	92,36	1.014,63	40,70	22,39
Set/17	...	92,02	1.017,38	36,87	24,68
Out/17	...	92,86	1.068,59	35,95	26,08

FONTE: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); CONAB; SEAB-PR

NOTA: Cotação para o arroz longo fino agulhinha.

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível

INDICADORES DO MERCADO FINANCEIRO NACIONAL E INTERNACIONAL

DATA	BRASIL				EUA	
	Fundo de Investimento Financeiro – FIF (PL mensal, R\$ milhões) 7837(1)	Valor das empresas listadas no Ibovespa (R\$ bilhões) 7848(3)	Índice Ibovespa 7845	Emissão Primária de Debêntures (R\$ milhões) 7841	Dow Jones – NYSE fechamento (pontos) 7846 (3)	Nasdaq fechamento (pontos) 7847 (4)
DEZ/06	794.875	1.180.653	44.473	17.939	12.463	2.415
DEZ/07	912.869	1.764.961	63.886	1.068	13.265	2.652
DEZ/08	917.297	1.087.640	37.550	0	8.776	1.577
DEZ/09	1.086.267	1.739.615	68.588	2.720	10.428	2.269
DEZ/10	1.286.654	2.070.752	69.304	2.025	11.578	2.653
DEZ/11	1.501.728	1.833.723	56.754	220	12.218	2.605
DEZ/12	1.786.186	1.961.800	60.952	850	13.104	3.020
DEZ/13	1.939.384	1.889.777	51.507	300	16.577	4.177
DEZ/14	2.156.887	1.824.499	50.007	0	17.823	4.736
JAN/15	2.192.912	1.744.785	46.907	10.000	17.165	4.635
FEV/15	2.226.999	1.897.789	51.583	551	18.133	4.964
MAR/15	2.260.558	1.885.819	51.150	321	17.776	4.901
ABR/15	2.282.144	2.066.170	56.229	4.600	17.841	4.941
MAI/15	2.235.805	1.949.062	52.760	0	18.011	5.070
JUN/15	2.355.165	1.973.591	53.080	0	17.620	4.987
JUL/15	2.388.160	1.903.496	50.864	740	17.690	5.128
AGO/15	2.425.397	1.754.227	46.625	0	16.528	4.777
SET/15	2.343.942	1.700.335	45.059	1.350	16.285	4.620
OUT/15	2.448.624	1.678.886	45.868	1.892	17.664	5.054
NOV/15	2.465.544	1.658.564	45.120	0	17.720	5.109
DEZ/15	2.472.963	1.591.222	43.349	1.185	17.425	5.007
JAN/16	2.522.931	1.506.705	40.405	0	16.466	4.614
FEV/16	2.553.705	1.560.784	42.793	0	16.517	4.558
MAR/16	2.599.654	1.795.296	50.055	20.000	17.685	4.870
ABR/16	2.635.683	1.917.723	53.910	0	17.831	4.775
MAI/16	2.670.626	1.740.045	48.471	0	17.787	4.948
JUN/16	2.690.456	1.821.192	51.526	0	17.930	4.843
JUL/16	2.738.202	2.004.423	57.308	0	18.432	5.162

INDICADORES

Rafael Polay Alcântara

AGO/16	2.795.674	2.029.117	57.901	0	18.401	5.213
SET/16	2.820.714	2.044.580	58.367	0	18.308	5.312
OUT/16	2.860.310	2.234.166	64.924	878	18.142	5.190
NOV/16	2.887.156	2.134.704	61.906	0	19.124	5.324
DEZ/16	2.953.369	2.078.361	60.227	975	19.763	5.383
JAN/17	3.035.796	2.239.112	64.670	0	19.864	5.615
FEV/17	3.088.727	2.324.811	66.662	0	20.822	5.825
MAR/17	3.158.822	2.245.686	64.984	300	20.663	5.912
ABR/17	3.169.398	2.243.197	65.403	432	20.941	6.048
MAI/17	3.203.771	2.159.216	62.711	0	21.009	6.199
JUN/17	3.243.842	2.149.502	62.899	0	21.350	6.144
JUL/17	3.310.407	2.249.025	65.920	1.091	21.891	6.348
AGO/17	3.386.195	2.400.515	70.835	0	21.948	6.429
SET/2017	3.426.878	2.517.247	74.293	0	22.405	6.453

FONTES: (1) BANCO CENTRAL DO BRASIL, (2) BOVESPA (ÍNDICE DE FECHAMENTO DO ÚLTIMO DIA ÚTIL DO MÊS), (3) DOW JONES, (4) NASDAQ

NOTA: para os anos de 2006 a 2014, os valores referem-se ao mês de dezembro, exceto para emissão de debênture que é o total do ano. Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

BALANÇA COMERCIAL DO PARANÁ - 1997 - 2017

EM US\$ FOB - ACUMULADO E VARIAÇÃO % ANUAL

Ano	Exportação (X)		Importação (M)		Saldo (X-M)	
	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	
1997	4.853.587.000	14,00	3.306.968.000	36,00	1.546.619.000	
1998	4.227.995.000	-13,00	4.057.589.000	23,00	170.406.000	
1999	3.932.659.000	-7,00	3.699.490.000	-9,00	233.169.000	
2000	4.394.161.676	0,00	4.686.228.819	0,00	-292.067.143	
2001	5.320.210.841	21,07	4.928.952.244	5,18	391.258.597	
2002	5.703.081.036	7,20	3.333.392.117	-32,37	2.369.688.919	
2003	7.157.852.544	25,51	3.486.050.508	4,58	3.671.802.036	
2004	9.405.025.640	31,39	4.026.146.368	15,49	5.378.879.272	
2005	10.033.532.895	6,68	4.527.236.933	12,45	5.506.295.962	
2006	10.016.337.731	-0,17	5.977.970.879	32,04	4.038.366.852	
2007	12.352.857.472	23,33	9.017.987.693	50,85	3.334.869.779	
2008	15.247.184.111	23,43	14.570.222.035	61,57	676.962.076	
2009	11.222.826.796	-26,39	9.620.843.086	-33,97	1.601.983.710	
2010	14.175.843.943	26,31	13.956.956.807	45,07	218.887.136	
2011	17.394.275.271	22,70	18.767.762.576	34,47	-1.373.487.305	
2012	17.709.590.951	1,81	19.387.793.769	3,30	-1.678.202.818	
2013	18.239.201.710	2,99	19.345.381.499	-0,22	-1.106.179.789	
2014	16.332.120.489	-10,46	17.295.813.435	-10,59	-963.692.946	
2015	14.909.080.745	-8,71	12.448.504.088	-28,03	2.460.576.657	
2016	15.171.099.837	1,76	11.092.307.396	-10,89	4.078.792.441	
JAN-SET/2017	13.949.882.982	17,76	8.712.031.564	6,11	5.237.851.418	

FONTE: MDIC/SECEX

BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL - 1997 - 2017

EM US\$ FOB - ACUMULADO E VARIAÇÃO % ANUAL

Ano	Exportação (X)		Importação (M)		Saldo (X-M)	
	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%
1997	52.982.726.000	10,97	59.747.227.000	12,00	-6.764.501.000	20,82
1998	51.139.862.000	-3,48	57.763.476.000	-3,32	-6.623.614.000	-2,08
1999	48.012.790.000	-6,11	49.301.558.000	-14,65	-1.288.768.000	-80,54
2000	55.118.919.865	0,00	55.850.663.138	0,00	-731.743.273	-43,22
2001	58.286.593.021	5,75	55.601.758.416	-0,45	2.684.834.605	-466,91
2002	60.438.653.035	3,69	47.242.654.199	-15,03	13.195.998.836	391,50

INDICADORES

Rafael Polay Alcântara

2003	73.203.222.075	21,12	48.325.566.630	2,29	24.877.655.445	88,52
2004	96.677.498.766	32,07	62.835.615.629	30,03	33.841.883.137	36,03
2005	118.529.184.899	22,60	73.600.375.672	17,13	44.928.809.227	32,76
2006	137.807.469.531	16,26	91.350.840.805	24,12	46.456.628.726	3,40
2007	160.649.072.830	16,58	120.617.446.250	32,04	40.031.626.580	-13,83
2008	197.942.442.909	23,21	172.984.767.614	43,42	24.957.675.295	-37,66
2009	152.994.742.805	-22,71	127.722.342.988	-26,17	25.272.399.817	1,26
2010	201.915.285.335	31,98	181.768.427.438	42,32	20.146.857.897	-20,28
2011	256.039.574.768	26,81	226.246.755.801	24,47	29.792.818.967	47,88
2012	242.578.013.546	-5,26	223.183.476.643	-1,35	19.394.536.903	-34,90
2013	242.033.574.720	-0,22	239.747.515.987	7,42	2.286.058.733	-88,21
2014	225.100.884.831	-7,00	229.154.462.583	-4,42	-4.053.577.752	-277,32
2015	191.134.324.584	-15,09	171.449.050.909	-25,18	19.685.273.675	-585,63
2016	185.235.400.805	-3,09	137.552.002.856	-19,77	47.683.397.949	142,23
JAN-SET/2017	164.603.679.723	18,11	111.328.144.089	7,89	53.275.535.634	...

FONTE: MDIC/SECEX

OFERTA E DEMANDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS BRASILEIROS
(Complexo soja e trigo) SAFRAS 2011/2017 (Mil toneladas)

PRODUTO	SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
Algodão em pluma	2011/12	521,7	1.893,3	3,5	2.418,5	895,2	1.052,8	470,5
	2012/13	470,5	1.310,3	17,4	1.798,2	920,2	572,9	305,1
	2013/14	305,1	1.734,0	31,5	2.070,6	883,5	748,6	438,5
	2014/15	438,5	1.562,8	2,1	2.003,4	820,0	834,3	349,1
	2015/16	349,1	1.289,2	27,0	1.665,3	660,0	804,0	201,3
	2016/17	201,3	1.529,50	40,0	1.770,80	690,0	685	395,8
	2017/18	395,8	1.682,30	20,0	2.098,10	720,0	850,0	528
Arroz em casca	2011/12	2.569,5	11.599,5	1.068,0	15.237,0	11.656,5	1.455,2	2.125,3
	2012/13	2.125,3	11.819,7	965,5	14.910,5	12.617,7	1.210,7	1.082,1
	2013/14	1.082,1	12.121,6	807,2	14.010,9	11.954,3	1.188,4	868,2
	2014/15	868,2	12.448,6	503,3	13.820,1	11.495,1	1.362,1	962,9
	2015/16	962,9	10.603,0	1.187,4	12.753,3	11.428,8	893,7	430,8
	2016/17	430,8	12.327,80	1.000,00	13.758,60	11.500,00	800,0	1.458,60
	2017/18	1.458,60	11.805,00	1.000,00	14.263,60	12.000,00	1.000,00	1.263,60
Feijão	2011/12	686,4	2.918,4	312,3	3.917,1	3.500,0	43,3	373,8
	2012/13	373,8	2.806,3	304,4	3.484,5	3.320,0	35,3	129,2
	2013/14	129,2	3.453,7	135,9	3.718,8	3.350,0	65,0	303,8
	2014/15	303,8	3.210,2	156,7	3.670,7	3.350,0	122,6	198,1
	2015/16	198,1	2.512,9	325,0	3.036,0	2.800,0	50,0	186,0
	2016/17	186	3.399,50	150,0	3.735,50	3.350,00	120,0	265,5
	2017/18	265,5	3.325,00	150,0	3.740,50	3.350,00	120,0	270,5
Milho	2011/12	4.459,6	72.979,5	774,0	78.213,1	51.903,0	22.313,7	3.996,4
	2012/13	3.996,4	81.505,7	911,4	86.413,5	53.287,9	26.174,1	6.951,5
	2013/14	6.951,5	80.051,7	790,7	87.793,9	54.541,6	20.924,8	12.327,5
	2014/15	12.327,5	84.672,4	316,1	97.316,0	56.742,4	30.172,3	10.401,3
	2015/16	10.401,3	66.530,6	3.338,1	80.270,0	53.387,8	18.883,2	7.999,0
	2016/17	6.949,90	97.712,00	600	105.261,90	56.165,30	30.000,00	19.096,60
	2017/18	19.096,60	92.901,20	400	112.397,80	57.850,30	30.000,00	24.547,50
Soja em grãos	2011/12	3.020,4	66.383,0	266,5	69.669,9	36.754,0	32.468,0	447,9
	2012/13	447,9	81.499,4	282,8	82.230,1	38.694,3	42.791,9	744,0
	2013/14	744,0	86.120,8	578,7	87.443,5	40.200,0	45.692,0	1.551,5
	2014/15	1.551,5	96.228,0	324,1	98.103,6	42.850,0	54.324,2	929,4
	2015/16	929,4	95.434,6	400,0	96.764,0	43.700,0	51.587,8	1.476,2
	2016/17	1.476,20	114.075,30	300,0	115.851,50	47.281,00	65.000,00	3.570,50
	2017/18	3.570,50	107.132,70	400,0	111.103,10	46.781,00	64.000,00	322,1
Farelo de Soja	2011/12	3.177,8	26.026,0	5,0	29.208,8	14.051,1	14.289,0	868,7
	2012/13	868,7	27.258,0	3,9	28.130,6	14.350,0	13.333,5	447,1
	2013/14	447,1	28.336,0	1,0	28.784,1	14.799,3	13.716,0	268,8
	2014/15	268,8	30.492,2	1,0	30.762,0	15.100,0	14.826,7	835,3
	2015/16	835,3	30.954,0	0,8	31.790,1	15.500,0	14.443,8	1.846,3
	2016/17	1.844,80	33.110,00	1,0	34.955,80	17.000,00	14.600,00	3.355,80
	2017/18	3.355,80	32.725,00	1,0	36.081,80	17.500,00	15.000,00	3.581,80

INDICADORES

Rafael Polay Alcântara

	2011/12	988,5	6.591,0	1,0	7.580,5	5.172,4	1.757,1	651,0
	2012/13	651,0	6.903,0	5,0	7.559,0	5.556,3	1.362,5	640,2
	2013/14	640,2	7.176,0	0,1	7.816,3	5.930,8	1.305,0	580,5
Óleo de soja	2014/15	580,5	7.722,0	25,3	8.327,8	6.359,2	1.669,9	298,7
	2015/16	298,7	7.839,0	66,1	8.203,8	6.380,0	1.254,2	569,6
	2016/17	569,0	8.385,00	40,0	8.994,00	6.800,00	1.550,00	644
	2017/18	644,0	8.287,50	40,0	8.971,50	6.800,00	1.700,00	471,5
	2011	2.201,6	5.788,6	6.011,8	14.002,0	10.144,9	1.901,0	1.956,1
	2012	1.956,1	4.379,5	7.010,2	13.345,8	10.134,3	1.683,9	1.527,6
	2013	1.527,6	5.527,8	6.642,4	13.697,8	11.381,5	47,4	2.268,9
Trigo	2014	2.268,9	5.971,1	5.328,8	13.568,8	10.713,7	1.680,5	1.174,6
	2015	1.174,6	5.534,9	5.517,6	12.227,1	10.367,3	1.050,5	809,3
	2016	809,3	6.726,80	7.088,50	14.624,60	11.517,70	576,8	2.530,10
	2017	2.530,10	4.881,30	7.000,00	14.411,40	11.287,60	700,0	2.423,80

FONTE: CONAB – 1º Levantamento - Safra 2017/18 (disponível em: www.conab.gov.br)

Notas: Estimativa em outubro 2017/ Estoque de Passagem - Algodão, Feijão e Soja: 31 de dezembro - Arroz 28 de Fevereiro - Milho 31 de Janeiro - Trigo 31 de julho.

PRODUÇÃO, ÁREA COLHIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA SOJA - BRASIL E MAIORES ESTADOS PRODUTORES – 1989-2017
(Mil toneladas e mil hectares)

Ano	Brasil			Maiores Estados Produtores									
	Produção	Área Colhida	Rendimento Médio	Mato Grosso		Paraná		Goiás		Mato Grosso do Sul		Minas Gerais	
			(Kg/ha)	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área colhida	Produção	Área colhida
1989/1990	20.101	11.551	1.740	2.901	1.503	4.572	2.286	1.411	941	1.934	1.209	875	583
1990/1991	15.395	9.743	1.580	2.607	1.100	3.617	1.966	1.659	790	2.300	1.013	963	472
1991/1992	19.419	9.582	2.027	3.485	1.452	3.415	1.798	1.804	820	1.929	970	1.003	456
1992/1993	23.042	10.717	2.150	4.198	1.713	4.720	2.000	1.968	984	2.229	1.067	1.159	552
1993/1994	25.059	11.502	2.179	4.970	1.996	5.328	2.110	2.387	1.090	2.440	1.109	1.234	600
1994/1995	25.934	11.679	2.221	5.440	2.295	5.535	2.121	2.133	1.123	2.426	1.098	1.188	600
1995/1996	23.190	10.663	2.175	4.687	1.905	6.241	2.312	2.046	909	2.046	845	1.040	528
1996/1997	26.160	11.381	2.299	5.721	2.096	6.566	2.496	2.478	991	2.156	862	1.176	523
1997/1998	31.370	13.158	2.384	7.150	2.600	7.191	2.820	3.372	1.338	2.282	1.087	1.383	601
1998/1999	30.765	12.995	2.367	7.134	2.548	7.723	2.769	3.418	1.325	2.740	1.054	1.336	577
1999/2000	32.890	13.623	2.414	8.801	2.905	7.130	2.833	4.073	1.455	2.501	1.107	1.397	594
2000/2001	38.432	13.970	2.751	9.641	3.120	8.623	2.818	4.158	1.540	3.130	1.065	1.496	642
2001/2002	42.230	16.386	2.577	11.733	3.853	9.502	3.291	5.420	1.902	3.279	1.192	1.949	719
2002/2003	52.018	18.475	2.816	12.949	4.420	10.971	3.638	6.360	2.171	4.104	1.415	2.333	874
2003/2004	49.793	21.376	2.329	15.009	5.241	10.037	3.936	6.147	2.572	3.325	1.797	2.659	1.066
2004/2005	52.305	23.301	2.245	17.937	6.105	9.707	4.148	6.985	2.662	3.863	2.031	3.022	1.119
2005/2006	55.027	22.749	2.419	16.700	6.197	9.646	3.983	6.534	2.542	4.445	1.950	2.483	1.061
2006/2007	58.392	20.687	2.822	15.359	5.125	11.916	3.979	6.114	2.191	4.881	1.737	2.568	930
2007/2008	60.018	21.313	2.816	17.848	5.675	11.896	3.977	6.544	2.180	4.569	1.731	2.537	870
2008/2009	57.166	21.743	2.629	17.963	5.828	9.510	4.069	6.836	2.307	4.180	1.716	2.751	929
2009/2010	68.688	23.468	2.927	18.767	6.225	14.079	4.485	7.343	2.550	5.308	1.712	2.872	1.019
2013/2014	86.121	30.173	2.854	26.442	8.616	14.781	5.010	8.995	3.102	6.148	2.120	3.327	1.238
2014/2015	96.228	32.093	2.998	28.018	8.934	17.210	5.225	8.625	3.325	7.178	2.301	3.507	1.319
2015/2016	95.434	33.251	2.870	26.031	9.140	16.845	5.451	10.250	3.285	7.241	2.430	4.731	1.469
2016/2017	114.075	33.909	3.364	30.513	9.322	19.586	5.250	10.819	3.278	8.576	2.522	5.067	1.456
2017/2018	106.007	34.466	3.075	28.878	9.416	17.860	5.438	10.069	3.295	7.703	2.560	4.555	1.456

FONTE: CONAB – 1º Levantamento - Safra 2017/18 (disponível em: www.conab.gov.br)

Notas: Estimativa em outubro 2017.

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB REAL PARA PAÍSES SELECIONADOS – 2003-2016

PAÍSES	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
--------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

INDICADORES

Rafael Polay Alcântara

Mundo	3,44	5,06	4,50	4,93	4,85	2,20	-0,40	6,58	3,81	3,02	2,97	3,15	3,21	3,17
África do Sul	2,95	4,55	5,28	5,60	5,57	3,58	-1,68	2,85	2,51	2,54	2,83	1,72	1,19	0,05
Alemanha	-0,71	1,17	0,71	3,70	3,26	1,08	-5,62	4,08	3,66	0,49	0,49	1,60	1,72	1,87
Argentina	8,84	9,03	8,85	8,05	9,01	4,06	-5,92	10,13	6,00	-1,03	2,41	-2,51	2,65	-2,25
Bolívia	2,71	4,17	4,42	4,80	4,56	6,15	3,36	4,13	5,20	5,12	6,80	5,46	4,85	4,27
Brasil	1,15	5,71	3,16	3,96	6,09	5,17	-0,33	7,53	2,73	1,9	3,0	0,5	-3,8	-3,6
Canadá	1,80	3,09	3,20	2,62	2,06	1,00	-2,95	3,08	3,14	1,75	2,48	2,57	0,94	1,47
Chile	4,09	7,21	5,74	6,32	4,91	3,53	-1,56	5,84	6,11	5,32	4,05	1,91	2,25	1,59
China	3,06	8,70	7,39	7,03	6,46	2,13	-2,46	6,77	4,81	1,70	3,10	2,76	2,39	2,05
Colômbia	3,92	5,33	4,71	6,70	6,90	3,55	1,45	4,29
Coréia do Sul	2,93	4,90	3,92	5,18	5,46	2,83	0,71	6,50	3,68	2,29	2,90	3,34	2,79	2,83
Equador	2,72	8,21	5,29	4,40	2,19	6,36	0,57	3,53	7,87	5,64	4,55	3,67	0,29	...
Estados Unidos	2,81	3,79	3,35	2,67	1,78	-0,29	-2,78	2,53	1,60	2,22	1,68	2,37	2,60	1,62
França	0,82	2,79	1,61	2,37	2,36	0,20	-2,94	1,97	2,08	0,18	0,58	0,95	1,07	1,19
Índia	8,06	6,97	9,48	9,57	9,32	6,72	8,59	9,32	6,29	5,45	6,20	6,94	7,83	6,67
Indonésia	4,78	5,03	5,69	5,50	6,35	6,01	4,63	6,22	6,17	6,03	5,56	5,01	4,88	5,02
Itália	0,15	1,58	0,95	2,01	1,47	-1,05	-5,48	1,69	0,58	-2,82	-1,73	0,11	0,78	0,88
Japão	1,53	2,20	1,66	1,45	1,64	-1,10	-5,42	4,22	-0,09	1,50	2,02	0,24	1,11	1,01
México	1,99	4,21	3,08	4,98	3,22	1,38	-4,74	5,20	3,92	4,04	1,41	2,25	2,61	2,36
Paraguai	4,32	4,06	2,13	4,81	5,42	6,36	-3,97	13,09	4,34	-1,24	14,04	4,72	2,96	3,95
Peru	3,96	5,56	6,29	7,53	8,52	9,13	1,10	8,33	6,33	6,14	5,85	2,35	3,25	3,88
Reino Unido	3,34	2,49	3,00	2,66	2,59	-0,47	-4,19	4,42	1,51	1,31	1,91	3,07	2,19	1,81
Rússia	7,35	7,18	6,38	8,15	8,54	5,25	-7,82	4,50	4,29	3,44	1,29	0,63
Tailândia	7,03	6,17	4,46	5,57	4,93	2,46	-2,25	7,51	0,84	7,17	2,70	0,82	2,82	3,56
Uruguai	0,81	5,00	7,46	4,10	6,54	7,18	4,24	7,80	5,16	3,54	4,64	3,24	0,37	1,45
Venezuela	-7,76	18,29	10,32	9,87	8,75	5,28	-3,20	-1,49	4,18	5,63	1,34	-3,89	-6,22	...

FONTES: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics*

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

INDICADORES

Rafael Polay Alcântara

TAXA DE INFLAÇÃO ANUAL MÉDIA PARA PAÍSES SELECIONADOS (PREÇOS AO CONSUMIDOR) 2003-2016

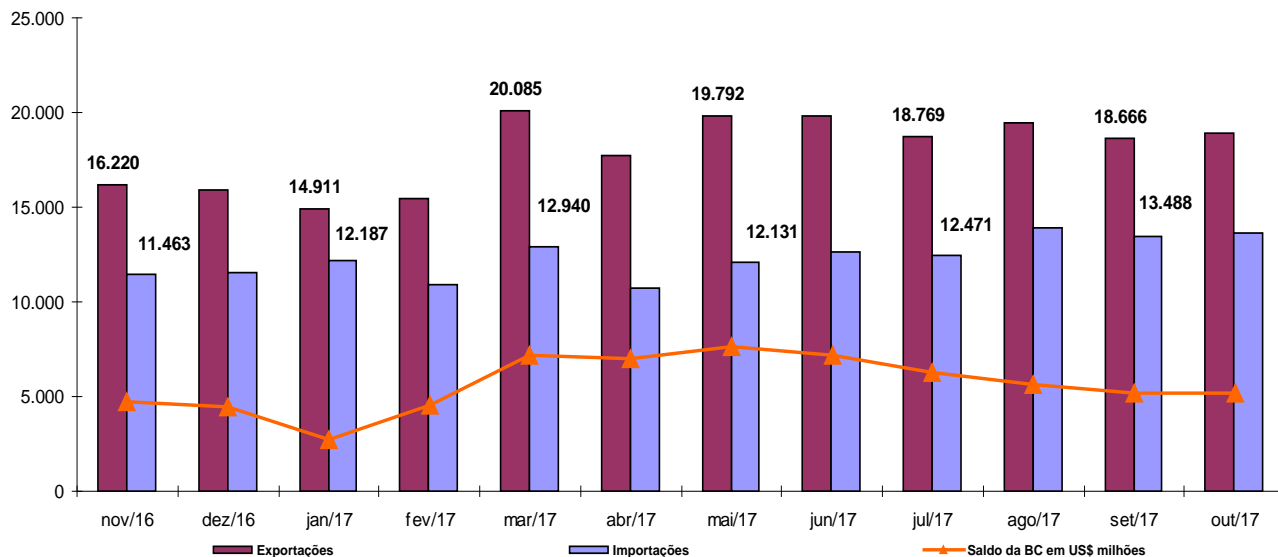
PAÍSES	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Mundo	3,50	3,63	3,80	3,60	3,73	5,78	2,40	3,62	4,79	3,82	3,64	3,24	2,77	3,04
África do Sul	5,86	1,39	3,40	4,64	7,10	11,54	7,13	4,26	5,00	5,65	5,75	6,07	4,59	6,33
Alemanha	1,03	1,67	1,55	1,58	2,30	2,63	0,31	1,10	2,08	2,01	1,50	0,91	0,23	0,48
Argentina	13,44	4,42	9,64	10,90	8,83	8,58	6,28	10,78	9,47	10,03	10,62
Bolívia	3,34	4,44	5,39	4,29	8,71	14,00	3,35	2,50	9,81	4,59	5,72	5,78	4,06	3,63
Brasil	14,72	6,60	6,87	4,18	3,64	5,66	4,89	5,04	6,64	5,40	6,20	6,33	9,03	8,74
Canadá	2,76	1,86	2,21	2,00	2,14	2,37	0,30	1,78	2,91	1,52	0,94	1,91	1,13	1,43
Chile	2,81	1,05	3,05	3,39	4,41	8,72	0,07	1,41	3,34	3,01	1,79	4,40	4,35	3,79
China	-2,67	-0,27	0,83	2,05	2,01	4,33	0,63	2,25	5,26	4,07	4,35	4,49	2,97	2,39
Colômbia	7,13	5,90	5,05	4,30	5,54	7,00	4,20	2,28	3,41	3,18	2,02	2,88	5,01	7,52
Coréia do Sul	3,51	3,59	2,75	2,24	2,53	4,67	2,76	2,94	4,03	2,19	1,30	1,27	0,71	0,97
Equador	7,93	2,74	2,41	3,03	2,28	8,40	5,16	3,56	4,47	5,10	2,74	3,57	3,97	1,72
Estados Unidos	2,27	2,68	3,39	3,23	2,85	3,84	-0,36	1,64	3,16	2,07	1,46	1,62	0,12	1,26
França	2,11	2,13	1,74	1,68	1,49	2,81	0,09	1,53	2,12	1,96	0,86	0,51	0,04	0,18
Índia	3,81	3,77	4,25	6,15	6,37	8,35	10,88	11,99	8,86	9,31	10,91	6,65	4,91	4,94
Indonésia	6,59	6,24	10,45	13,11	6,41	9,78	4,81	5,13	5,36	4,28	6,41	6,39	6,36	3,53
Itália	2,68	2,22	2,00	2,07	1,82	3,38	0,75	1,54	2,74	3,04	1,22	0,24	0,04	-0,12
Japão	-0,26	-0,01	-0,28	0,25	0,06	1,38	-1,35	-0,72	-0,27	-0,05	0,35	2,76	0,79	-0,12
México	4,55	4,69	3,99	3,63	3,97	5,12	5,30	4,16	3,41	4,11	3,81	4,02	2,72	2,82
Paraguai	14,24	4,32	6,81	9,59	8,13	10,15	2,59	4,65	8,25	3,68	2,68	5,03	3,13	4,09
Peru	2,26	3,66	1,62	2,00	1,78	5,79	2,94	1,53	3,37	3,65	2,82	3,23	3,56	3,60
Reino Unido	2,27	1,34	2,05	2,33	2,32	3,61	2,17	3,29	4,48	2,82	2,55	1,46	0,05	0,64
Rússia	13,68	10,86	12,68	9,69	8,99	14,11	11,66	6,85	8,44	5,09	6,74	7,83	15,53	7,05
Tailândia	1,80	2,76	4,54	4,64	2,24	5,47	-0,85	3,25	3,81	3,02	2,18	1,90	-0,90	0,19
Uruguai	19,38	9,16	4,70	6,40	8,11	7,86	7,10	6,68	8,09	8,10	8,58	8,88	8,67	9,64
Venezuela	31,09	21,75	15,95	13,66	18,70	31,44	27,08	28,19	26,09	21,07	40,64	62,17	121,74	254,95

FONTE: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics*

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

Comércio Internacional.**Balança Comercial Mensal (Outubro/2017) – MDIC****Fato**

Em outubro, a *Balança Comercial* fechou com *superávit* de US\$ 5,20 bilhões, resultado de *exportações* de US\$ 18,88 bilhões e *importações* de US\$ 13,68 bilhões. A *corrente do comércio* atingiu US\$ 32,55 bilhões. No ano, as *exportações* acumulam US\$ 183,48 bilhões, as *importações* US\$ 125,00 bilhões, resultando em *superávit comercial* de US\$ 58,48 bilhões e *corrente do comércio* de US\$ 308,49 bilhões.



Fonte: MDIC

Causa

Utilizando o critério da média diária, na comparação com setembro, houve queda de 3,7% nas *exportações* e de 3,4% nas *importações*. A *corrente do comércio* registrou recuo de 3,6%. Frente a outubro de 2016, as *exportações* cresceram 31,1% e as *importações* 14,5%. A *corrente do comércio* apresentou avanço de 23,6%. No acumulado no ano tanto as *exportações* como as *importações* cresceram, 19,9% e 9,1%, respectivamente.

Em outubro, na comparação com igual mês do ano anterior, as *exportações* de produtos *básicos* aumentaram 42,3%, a de *semimanufaturados*, 26,2% e a de *manufaturados*, 21,0%. Em termos de países, os cinco principais compradores foram: China, Estados Unidos, Argentina, Países Baixos e Japão. Pelo mesmo critério de comparação, houve expansão de 68,2% nas *importações* de *combustíveis e lubrificantes*, 18,7% em *bens de capital*, 9,3% em *bens de consumo* e 7,9% em *bens intermediários*. Os cinco principais fornecedores para o Brasil foram: China, Estados Unidos, Argentina, Alemanha e Coréia do Sul.

No acumulado do ano, na comparação com igual período do ano anterior, as *exportações* de produtos *básicos* cresceram 28,2%, a de *semimanufaturados* 15,0% e a de *manufaturados* 12,1%. Em termos de países, os cinco principais compradores foram: China, Estados Unidos, Argentina, Países Baixos e Japão. Pelo mesmo critério de comparação, houve expansão de 38,6% nas *importações* de *combustíveis e lubrificantes*, 11,1% nos *bens intermediários*, e 6,1% nos *bens de consumo*. Por outro lado ocorreu queda de 15,5% nos *bens de capital*. Os cinco principais fornecedores para o Brasil foram: China, Estados Unidos, Argentina, Alemanha e Japão.

Consequências

O do *comércio exterior brasileiro* já apresenta recorde e deverá fechar o ano com saldo próximo à US\$ 70 bilhões. Com recuperação, frente ao ano anterior, tanto nas *exportações* como nas *importações*.

Atividade**Produção Industrial Mensal (Agosto/2017) – IBGE****Fato**

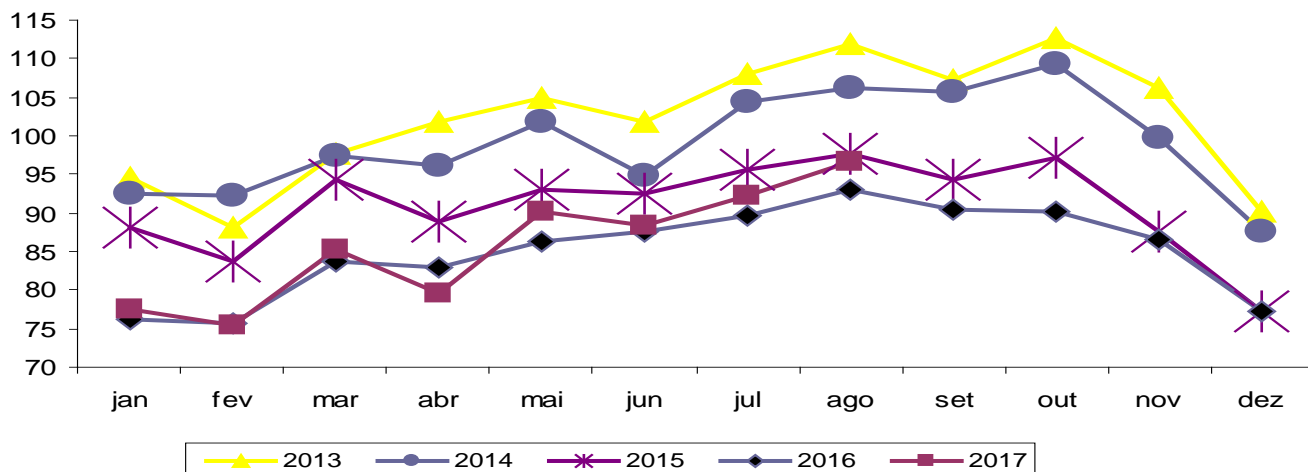
Em agosto, a *produção industrial* caiu 0,8% com relação ao mês anterior, interrompendo quatro meses consecutivos de expansão, período que acumulou ganho de 3,3%. Frente a agosto de 2016, houve expansão de 4,0%. No acumulado do ano, frente à igual período de 2016, ocorreu elevação de 1,5% e no acumulado em doze meses a queda é de 0,1%.

Causa

Na comparação com o mês anterior, os *bens de intermediários* e os *bens de consumo semi e não-duráveis* registraram queda de 1,0% e 0,6%, respectivamente. Por outro lado, o segmento de *bens de consumo duráveis* cresceu 4,1% e o de *bens de capital* 0,5%, sendo o quinto mês seguido de crescimento na produção, com ganho acumulado de 10,2%.

Comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, os *bens de consumo duráveis* e os *bens de capital*, assinalaram, por ordem, os avanços mais acentuados, 18,5% e 9,1%. O setor de *bens de consumo semi e não-duráveis* avançou 3,5% e, o de *bens intermediários*, 2,0%.

Produção Industrial BRASIL



Fonte: IBGE - Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100)

Consequência

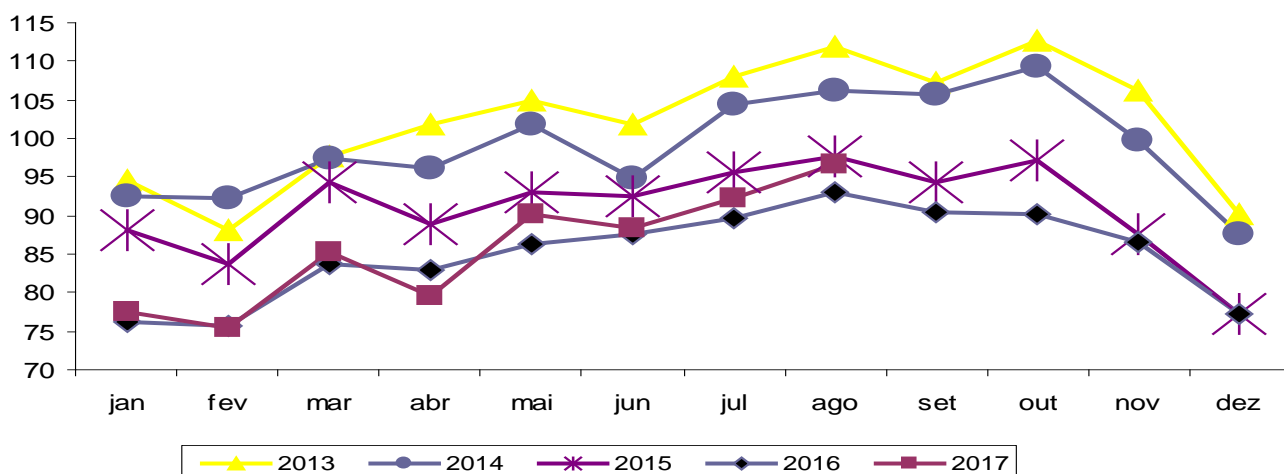
Apesar do recuo no mês, a *atividade industrial* segue registrando alguma evolução. A queda registrada no mês aponta o lento compasso de recuperação que a economia deve seguir apresentando.

Pesquisa Industrial - Regional – (Agosto/2017) - IBGE

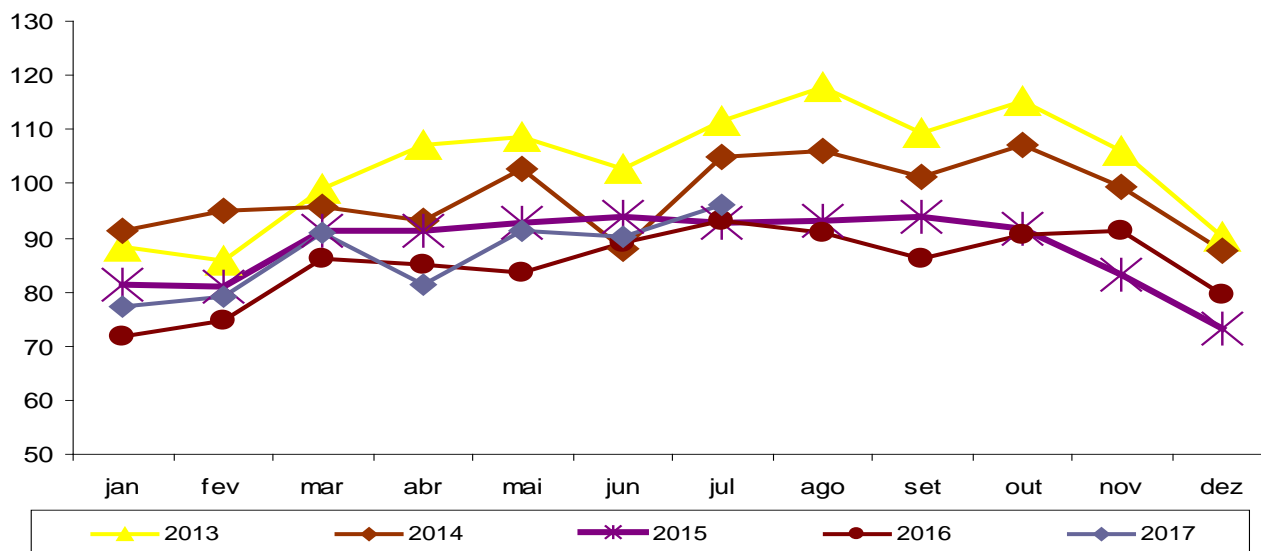
Fato

Entre julho e agosto, a *produção industrial* caiu em seis das quatorze regiões pesquisadas e na comparação com agosto de 2016, treze dos quinze locais registraram variação positiva. No **Paraná** a *produção industrial* recuou 0,4% frente ao mês anterior, na comparação com o mesmo mês do ano anterior houve crescimento de 8,8%, o acumulado nos oito primeiros meses registrou variação positiva de 4,6% e no acumulado nos últimos doze meses houve expansão de 2,9%.

Produção Industrial BRASIL



Produção Industrial PARANÁ



Fonte: IBGE - Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100)

Causa

Na comparação com o mês anterior os locais que registraram maior retrocesso foram: São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pará, **Paraná** e Ceará. Os locais que apresentaram maior crescimento foram: Espírito Santo, Bahia, Amazonas, Rio de Janeiro, Pernambuco, Região Nordeste e Goiás. Na comparação com agosto de 2016, os avanços mais intensos foram no Mato Grosso, Pará, Paraná, Espírito Santo, São Paulo, Amazonas, Santa Catarina, Ceará e Bahia. Por outro lado, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro registraram queda na produção.

No **Estado do Paraná**, em relação a agosto de 2016, foi registrado crescimento em dez das treze atividades pesquisadas. Os maiores impactos negativos vieram de *coque, produtos derivados de petróleo e biocombustíveis*, influenciados pela maior produção de *óleos combustíveis, gasolina automotiva e óleo diesel*. Vale citar também os avanços vindos dos ramos de *veículos automotores, reboques e carrocerias, máquinas e equipamentos e produtos alimentícios*. Por outro lado as quedas mais significativas ocorreram em: *máquinas, aparelhos e materiais elétricos e bebidas*.

Consequência

A *indústria paranaense* segue apontando a mesma tendência de recuperação da *indústria nacional*, para os próximos meses a expectativa é que também em âmbito estadual a *indústria* siga registrando crescimento.

Atividade

PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Trimestre --jul. Ago.-set de 2017) – IBGE

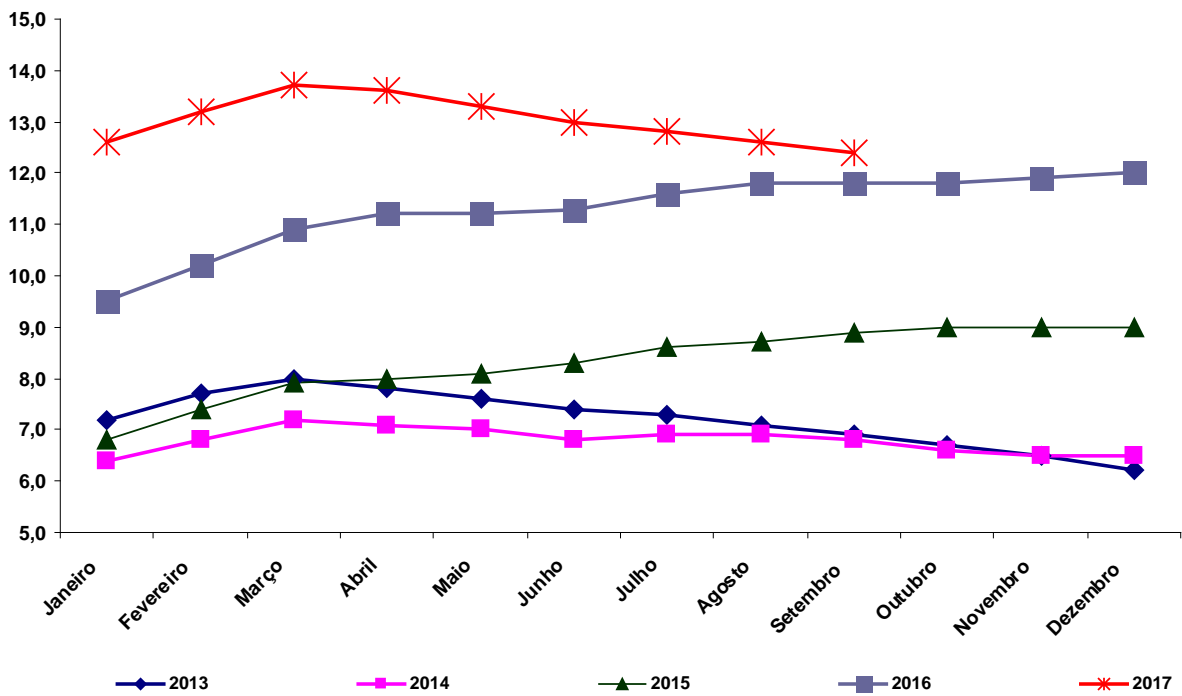
Fato

A **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio** apontou, para o trimestre encerrado em setembro de 2017, *taxa de desocupação* de 12,4%, com recuo de 0,6 p.p. frente ao trimestre encerrado em junho de 2017 e expansão de 0,6 p.p. na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.

O *rendimento médio real habitualmente recebido* foi de R\$ 2.115 com aumento de 0,3% frente ao trimestre encerrado em junho de 2017 e de 2,4% na comparação com o trimestre encerrado em setembro de 2016.

Causa

No trimestre havia 13,0 milhões de *peças desocupadas*, com queda de 3,9% frente ao trimestre imediatamente anterior e aumento de 7,8% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. O número de *peças ocupadas* foi estimado em 91,3 milhões, com crescimento de 1,2% na comparação com o trimestre de abril a junho e de 1,6% frente à igual trimestre de 2016.



Consequência

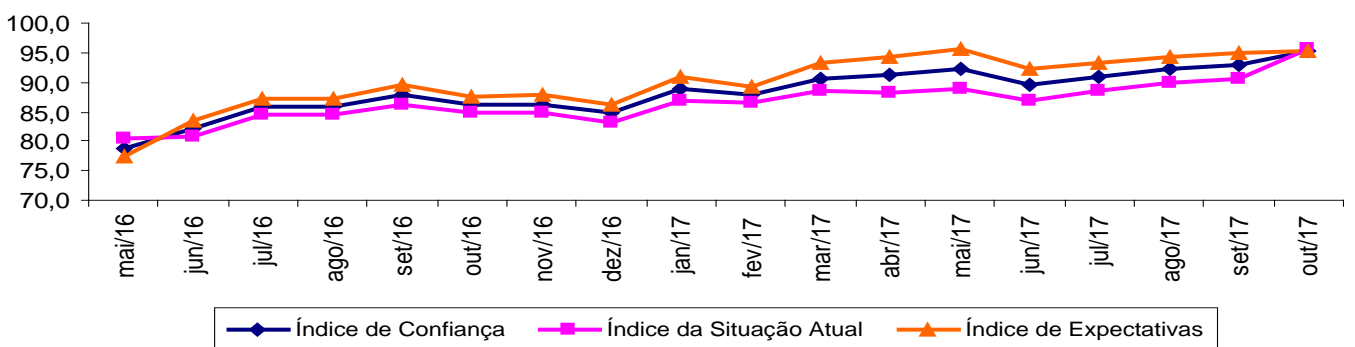
Embora em queda, o *desemprego* segue alto, reflexo do *desaquecimento da atividade econômica*. A expectativa para os próximos meses é de continuidade no recuo desta taxa.

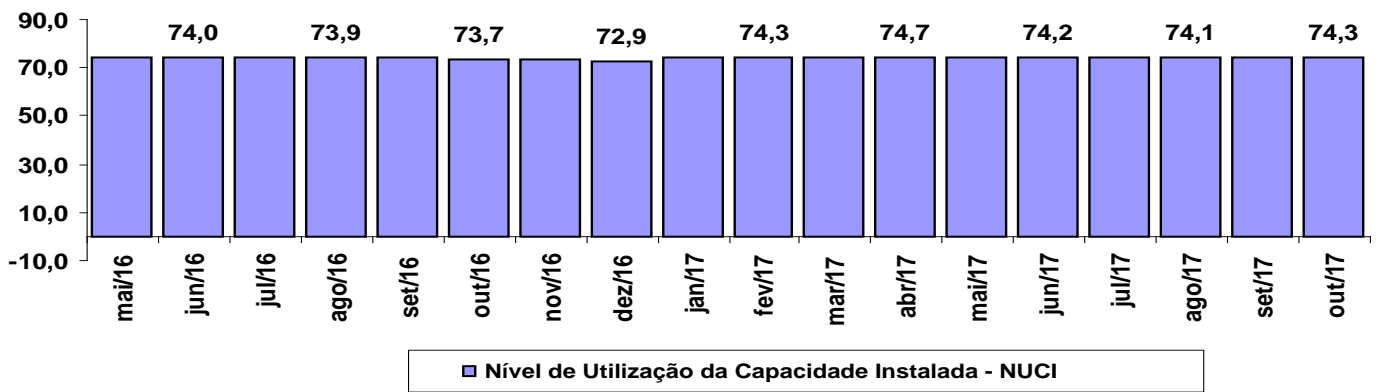
Atividade

Sondagem da Indústria (Outubro/2017) – FGV

Fato

Na passagem de outubro para novembro, o *Índice de Confiança da Indústria*, avançou 2,6 pontos atingindo 95,4 pontos, o maior desde abril de 2014. Com relação ao mês anterior o *Índice da Situação Atual*, teve elevação de 4,9 pontos para 95,5 pontos. O *Índice de Expectativas* cresceu 0,3 pontos chegando a 95,2 pontos. A *utilização da capacidade instalada* avançou 0,4 p.p. chegando a 74,3%.





Fonte: FGV

Causa

No índice pertinente a *situação atual* – ISA, o percentual de empresas avaliando a *situação atual dos negócios* como *boa* cresceu 3,7 p.p. chegando a 14,6%, já a parcela de empresas que consideram a *situação atual dos negócios* como *fraca* caiu de 7,8 p.p. para 21,5%.

No que tange ao *Índice das Expectativas* - IE, a *produção prevista nos três meses seguintes* exerceu a maior contribuição para a melhora, com avanço de 2,7 pontos, para 96,8 pontos. O percentual de empresas que prevêem *aumento na produção* avançou 1,8 p.p., atingindo 34,6%, e a das que pretendem diminuir a *produção* caiu 3,2 p.p., chegando a 17,6%.

Consequências

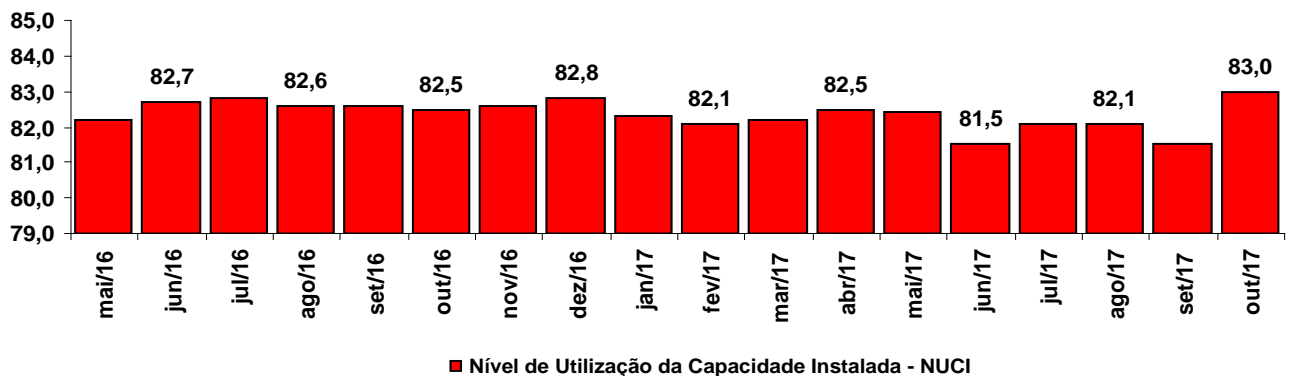
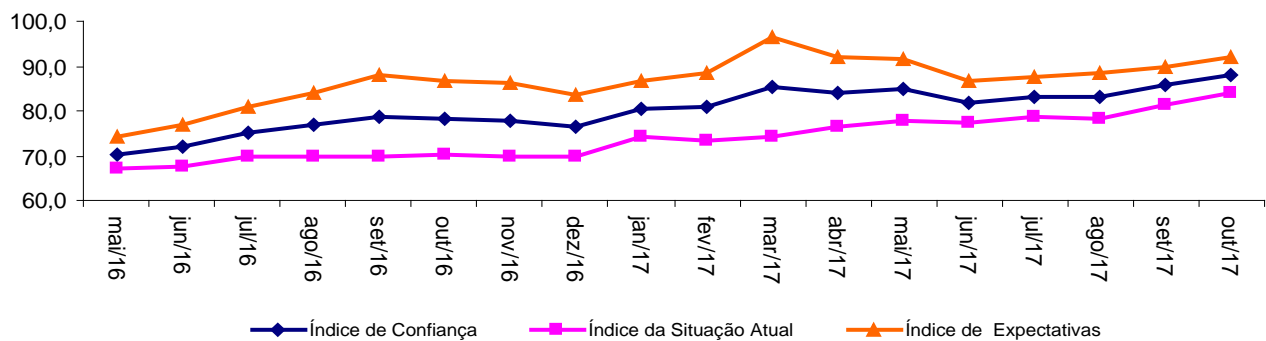
A melhora no ICI e no NUCI aponta continuidade na recuperação do setor, porém o *ritmo de recuperação* do segmento industrial segue bastante lento.

Atividade

Sondagem de Serviços (Outubro/2017) – FGV

Fato

O *Índice de Confiança de Serviços* – ICS avançou 2,2 pontos em outubro, passando de 85,6 para 87,8 pontos, o maior nível desde outubro de 2014. O *Índice da Situação Atual* – ISA cresceu 2,3 pontos, chegando a 83,8 pontos. O *Índice de Expectativas* - IE elevou-se 2,1 pontos atingindo 92,0 pontos. O NUCI do setor de serviços chegou a 83,0%, avançando 1,5 p.p.



Fonte: FGV

Causa

No *ISA*, o indicador que avalia a *situação atual dos negócios* foi a que mais contribuiu para a melhora, com crescimento de 2,4 pontos. Nas *expectativas*, houve elevação de 4,3 pontos no indicador que mede a *tendência dos negócios para os seis meses seguintes*, atingindo o nível de 96,2 pontos, o maior nível desde abril de 2014.

Consequência

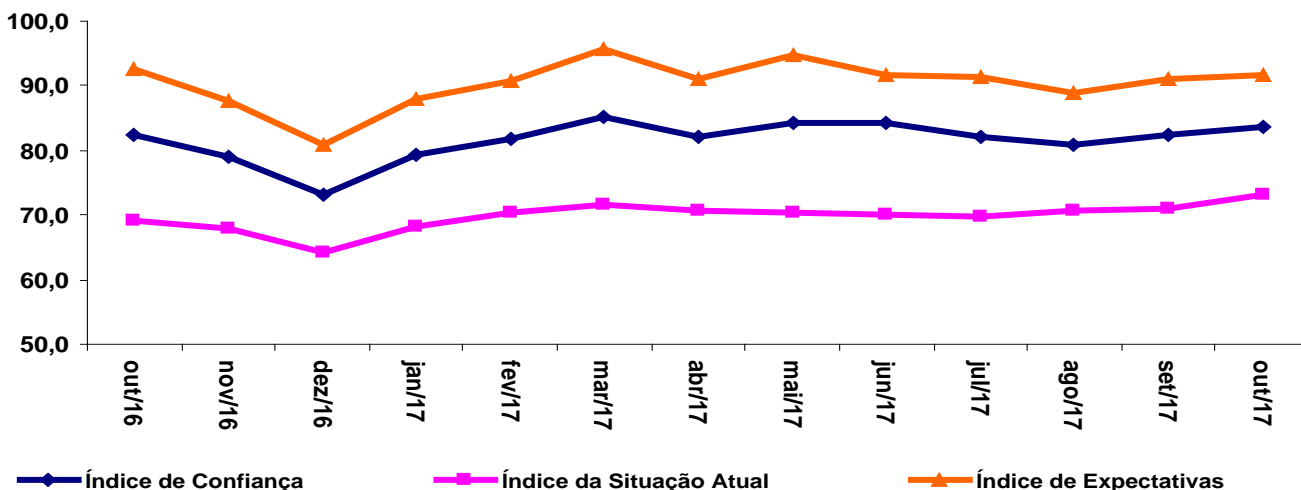
O resultado aponta uma leitura mais favorável do ambiente de negócios, tanto no que tange às expectativas, como com relação atual. Este comportamento deve se manter nos próximos meses.

Atividade

ICC – Índice de Confiança do Consumidor (Outubro/2017) – FGV

Fato

Entre os meses de setembro e outubro, o **ICC** avançou 1,4 pontos, passando de 82,3 pontos para 83,7 pontos, maior nível desde março de 2017. O índice da *Situação Atual* cresceu 2,3 pontos, passando de 70,9 pontos para 73,2 pontos e o *Índice das Expectativas* subiu 0,7 pontos, atingindo 91,8 pontos.



Fonte: FGV

Causa

Com referência a *situação presente*, a *situação financeira das famílias* subiu 2,0 pontos atingindo 67,1 pontos, o maior patamar desde agosto de 2015. No que tange ao *futuro*, mesmo com expectativas mais *favoráveis*, o consumidor ainda permanece cauteloso, com o indicador que mede a intenção de *compras de bens duráveis* recuou pelo quinto mês consecutivo para 71,3 pontos.

Consequência

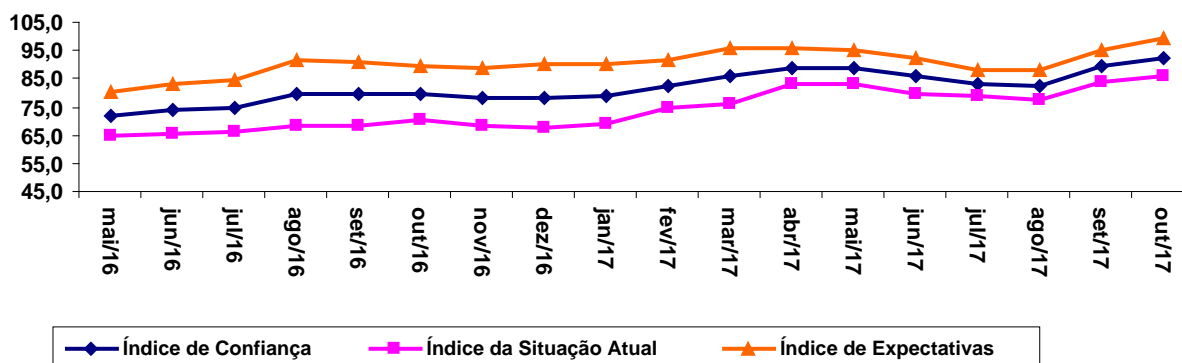
O índice segue em trajetória de expansão, decorrente de perspectivas de *desaceleração inflacionária e queda na taxa de juros*. Embora ainda esteja em patamar historicamente baixo.

Atividade

Sondagem do Comércio (Outubro/2017) – FGV

Fato

O *Índice de Confiança do Comércio - ICom* cresceu 3,3 pontos entre setembro e outubro, passando de 89,2 para 92,5 pontos, maior nível desde agosto de 2014. O *Índice da Situação Atual - ISA* avançou 2,3 pontos chegando a 86,2 pontos, e o *Índice de Expectativas - IE* cresceu 4,1 pontos, atingindo 99,2 pontos.



Fonte: FGV

Causa

A melhora dos indicadores da *Sondagem do Comércio* é reforçada pela queda do “*índice de desconforto*” do Comércio, que é composto por fatores limitativos à melhoria dos negócios, como: *demanda insuficiente, custo financeiro e acesso a crédito bancário*.

Consequência

O índice segue em recuperação, devendo esta tendência ser mantida nos próximos meses, resultado da *inflação em baixa* e da *redução da taxa de juros*.

Atividade

Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (Setembro/2017) – IBGE

Previsão da Safra de Grãos

Fato

Em setembro, segundo o *Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA*, a safra de 2017, foi estimada em 242,0 milhões de toneladas, 30,3% superior à safra obtida em 2016, e 0,5% maior do que a estimativa do mês anterior. A *área cultivada* deve apresentar acréscimo de 7,3% em comparação ao ano anterior, chegando a 61,2 milhões de hectares. O Estado do Mato Grosso detém a posição de maior produtor nacional de grãos, com 26,2% do total nacional, seguido pelo **Paraná**, com 17,2%.

Causa

As três principais culturas de grãos, *soja, milho e arroz*, que respondem por 87,9% da área a ser colhida e 93,7% do *volume de produção*, apresentaram expansão na área plantada de 2,2% para a *soja*, de 19,4% para o milho e 3,9% para o *arroz*. No que tange a produção, os avanços são: *soja*, 19,5%, *arroz* 16,2% e *milho*, 55,2%.

Na comparação entre a estimativa de setembro em relação à produção de 2016, dezoito entre vinte e seis produtos devem registrar crescimento, *algodão herbáceo em caroço, amendoim em casca 1ª safra, arroz em casca, aveia em grão, batata-inglesa 1ª, 2ª e 3ª safras, café em grão - canephora, cebola, cevada em grão, feijão em grão 1ª e 2ª safras, laranja, milho em grão 1ª e 2ª safras, soja em grão, sorgo em grão e triticale em grão*. Por outro lado, verificou-se diminuição no *amendoim em casca 2ª safra, cacau em amêndoa, café em grão - arábica, cana-de-açúcar, feijão em grão 3ª safra, mamona em baga, mandioca e trigo em grão*.

Regionalmente, a produção de *cereais, leguminosas e oleaginosas*, deverá ficar distribuída da seguinte forma: Centro Oeste, 43,8%, Sul 35,3%, Sudeste, 9,9%, Nordeste, 7,4% e Norte, 3,6%.

Consequência

O *prognóstico da produção agrícola* vem apresentado fortes variações positivas, a safra de 2017 deverá ser bastante superior ao resultado de 2016 e registrar novo recorde de produção.

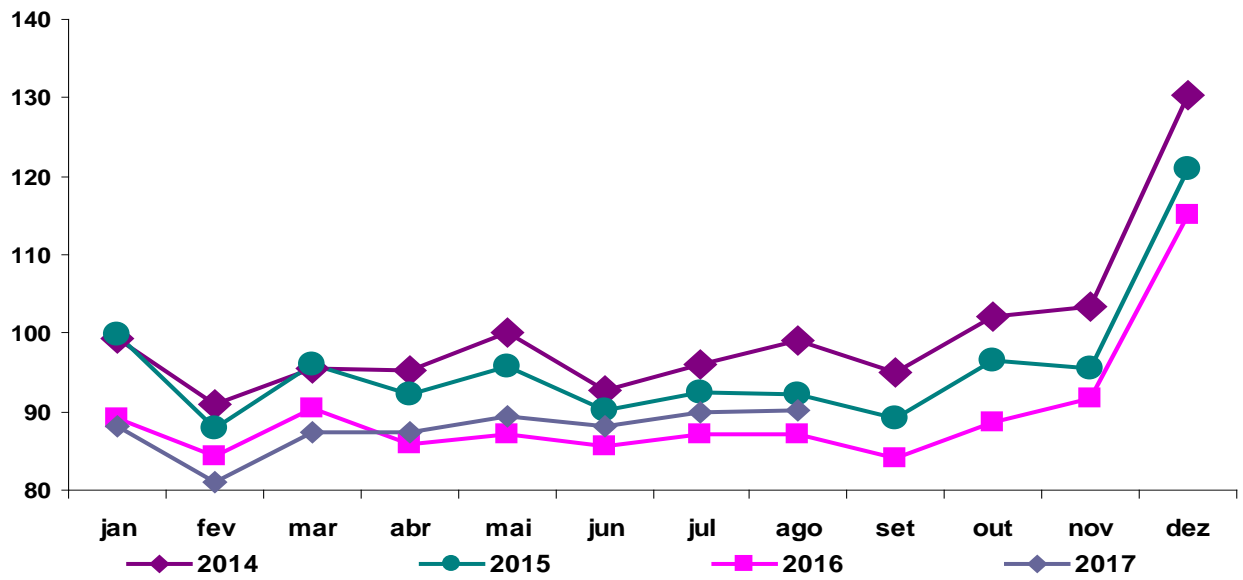
Atividade

Pesquisa Mensal do Comércio (Agosto/2017) – IBGE

Fato

No mês de agosto, o *volume de vendas do comércio varejista*, com ajuste sazonal, frente ao mês anterior, caiu 0,5% e a *receita nominal* 0,1%. Nas demais comparações, sem ajustamento, as taxas para o *volume de vendas* foram de positivos 3,6% sobre agosto de 2016 e negativos 1,6% no acumulado dos últimos doze meses. A *receita nominal* obteve taxas positivas 1,3% com relação à igual mês de 2016 e de 2,3% no acumulado em doze meses. No acumulado no ano *volume de vendas*, atingiu variação positiva de 0,7%, e a *receita nominal* de 1,7%.

No comércio varejista ampliado, que inclui as atividades de *Veículos, motos, partes e peças* e de *Material de Construção*, as variações para o *volume de vendas* foram: 0,1% em relação ao mês anterior, 7,6%, frente a agosto de 2016, 1,9% no acumulado no ano e negativos 1,6% nos últimos doze meses. Para a *receita nominal* as variações foram: 0,4% frente ao mês anterior, 5,1% comparativamente a agosto de 2016, 2,3%, no acumulado no ano e negativos 1,6% no acumulado em doze meses.



Fonte: IBGE - Índices de volume de vendas no comércio varejista por tipos de índice (2003 = 100)

Causa

Na série ajustada do *comércio varejista*, calculada com relação ao mês anterior, sete das oito atividades pesquisadas tiveram variação negativa no *volume de vendas*: *Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação*, 6,7%, *Tecidos, vestuário e calçados*, 3,4%, *Livros, jornais, revistas e papelaria*, 3,1%, *Combustíveis e lubrificantes*, 2,9%, *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos*, 0,5%, *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, 0,4% e *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, 0,3%. A única variação positiva ocorreu em *Móveis e eletrodomésticos*, 1,7%. No *comércio varejista ampliado*, *Veículos, motos, partes e peças*, avançou 2,8% e *Material de construção*, 1,8%.

Comparativamente a agosto de 2016, seis das oito atividades apresentaram crescimento. As principais influências no resultado global foram: *Móveis e eletrodomésticos*, 16,5%, *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, 1,7%, *Tecidos, vestuário e calçados*, 9,0% e *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, 6,1%. Nos segmentos do *comércio varejista ampliado*, *Veículos e motos, partes e peças* teve crescimento de 13,8% e *Material de construção*, 12,6%.

Consequência

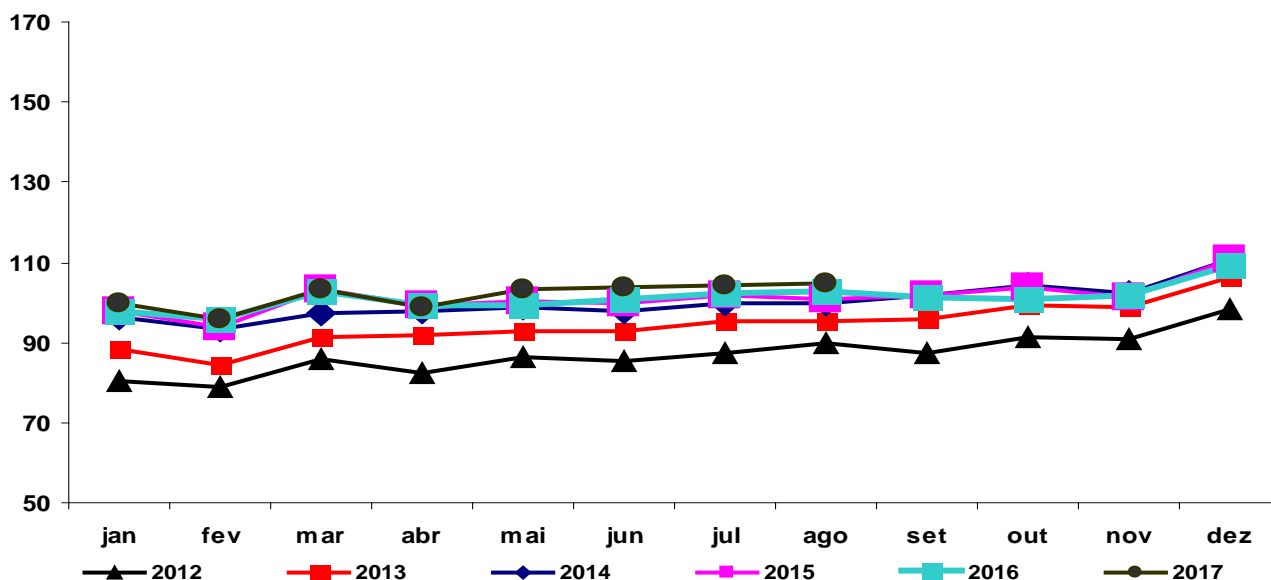
O desempenho do *Comércio Varejista* segue em lenta recuperação, não existindo para os próximos meses, sinalização de recuperação mais intensa.

Atividade

Pesquisa Mensal de Serviços (Agosto/2017) – IBGE

Fato

No mês de agosto frente à igual mês do ano anterior, o *volume de serviços* registrou queda de 1,0% e a *receita nominal dos serviços* diminuiu 0,6%. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior o *volume* caiu 2,4% e a *receita* cresceu 2,0%, no acumulado do ano o *volume de serviços*, caiu 3,8% e a *receita nominal* aumentou 1,7%. Em doze meses, as variações foram negativas em 4,5%, para o *volume de serviços*, e positivas em 0,7% para a *receita nominal*.



Fonte: IBGE

Índices de volume e de receita nominal de vendas no comércio varejista por tipos de índice (2003 = 100)

Causa

Frente ao mês imediatamente anterior no *volume* a queda ocorreu em *Serviços Prestados às Famílias*, 4,8%, com destaque negativo para *Serviços de Alojamento e Alimentação*, que teve recuo de 7,5%. Por outro lado tiveram aumento *Serviços de Informação e Comunicação*, 0,3%, *Serviços Profissionais, Administrativos e Complementares*, 1,6%, *Transportes, Serviços Auxiliares dos Transportes e Correio*, 0,7% e *Outros Serviços*, 1,2%. O *agregado especial das Atividades Turísticas* apresentou recuo de 3,1%.

No confronto com agosto de 2016, por segmento, as quedas para o *volume de serviços* foram: *Serviços Prestados às Famílias*, 4,4%, *Serviços de Informação e Comunicação*, 3,4%, *Serviços Profissionais, Administrativos e Complementares*, 5,9%, e *Outros Serviços*, 9,0%. Os *Transportes, Serviços Auxiliares, dos Transportes e Correio*, cresceram 5,3%. O *agregado especial das Atividades Turísticas* apresentou recuo de 8,1%.

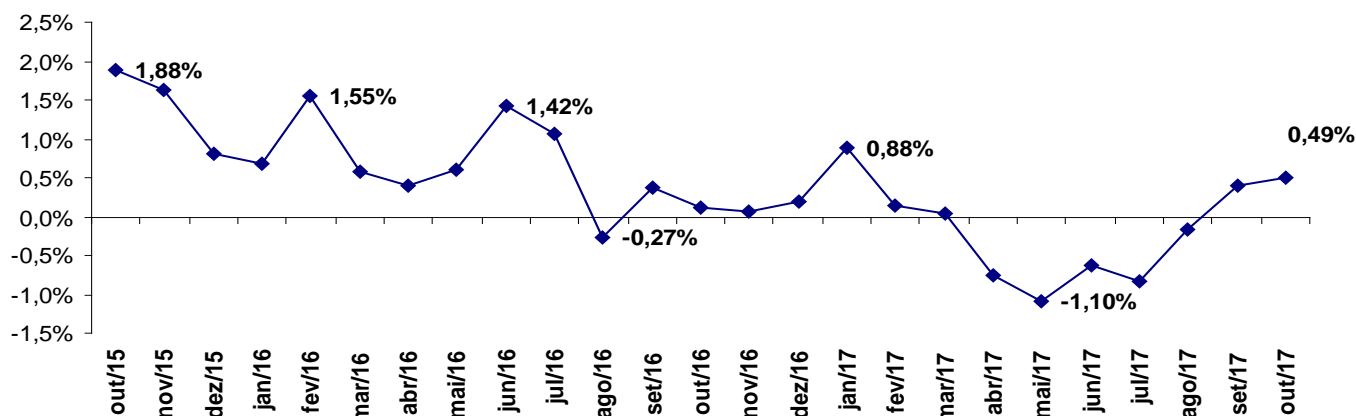
Consequência

O baixo desempenho da *receita dos serviços* tem sido condicionado principalmente pela queda da *massa salarial*. Para os próximos meses inexistente expectativa de melhora, ficando o setor a mercê da recuperação do *emprego e renda*.

Inflação IGP-10 (Outubro/2017) – FGV

Fato

O **IGP-10** registrou variação de 0,49% em outubro, aumentando 0,10 p.p. com relação a setembro. No acumulado em doze meses à variação foi de negativos 1,29% e no ano o índice ficou em negativos 1,55%.



Fonte: FGV

Causa

No mês de outubro, dentre os componentes do **IGP**, o **IPA**, avançou 0,12 p.p., apresentando variação de 0,67%. Neste, o maior crescimento foi nos *Bens Intermediários*, com variação de 1,39%, 0,96 p.p. maior do que a variação de setembro, com destaque para *materiais e componentes para a manufatura*. Os *Bens Finais* avançaram 0,62 p.p., com variação de 0,40% e maior aceleração proveniente do grupo *alimentos in natura*. As *Matérias-Primas Brutas* tiveram recuo de 1,50 p.p., com variação de 0,17%, decorrente da desaceleração em *minério de ferro, bovinos e suínos*. O **IPC** teve aceleração de 0,18 p.p. Cinco das oito classes de despesa registraram acréscimo nas variações, sendo a principal no grupo *Alimentação*, neste, sobressaiu-se o item *hortaliças e legumes*. Os grupos *Vestuário, Despesas Diversas, Habitação e Comunicação* também registraram maiores variações nos preços. O **INCC** teve desaceleração de 0,24 p.p., com menor variação em seus dois componentes.

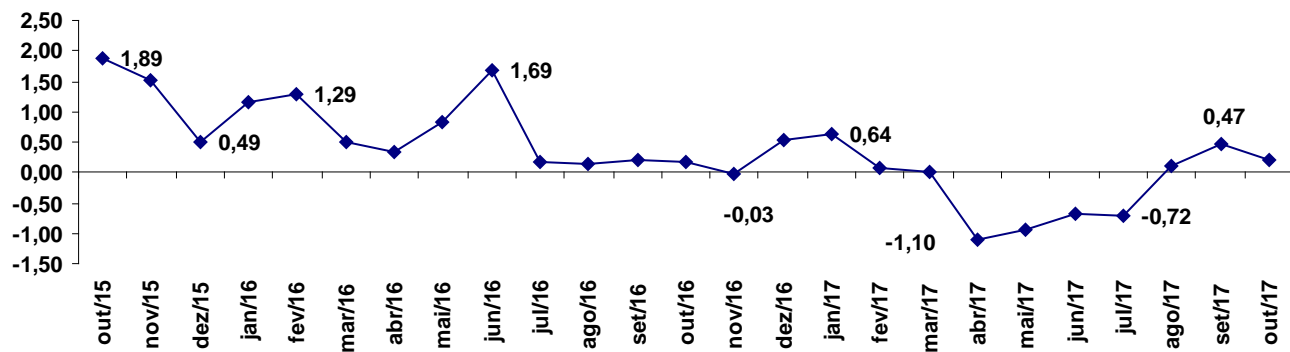
Consequência

O índice apresentou aceleração pelo terceiro mês consecutivo, tendência que deve se manter nos próximos períodos, sem grandes sobressaltos.

Inflação IGP-M (Outubro/2017) – FGV

Fato

Em outubro, o **IGP-M** registrou variação de 0,20%, 0,27 p.p. inferior à variação do mês anterior, no ano o acumulado é de negativos 1,91% e em doze meses negativos 1,41%.



Fonte: FGV

Causa

Na passagem de setembro para outubro, o **IPA** registrou variação de 0,16%, recuando 0,58 p.p. frente ao mês anterior. O principal responsável por esta desaceleração foi o índice de *Matérias-Primas Brutas*, com decréscimo de 2,86 p.p. na taxa de variação, com as principais desacelerações em *minério de ferro*, *bovinos* e *mandioca*. O índice dos *Bens Finais* cresceu 0,37 p.p., com destaque para *alimentos processados*. Os *Bens Intermediários* avançaram 0,33 p.p., sendo o principal responsável pela aceleração, *materiais e componentes para a manufatura*.

O **IPC**, com variação de 0,28% em outubro, acelerou-se 0,37 p.p., com o principal acréscimo em *Alimentação*, dado a maior taxa de variação do item *hortaliças e legumes*. As outras classes de despesa que apresentaram acréscimo foram *Habitação*, *Vestuário*, *Comunicação*, *Despesas Diversas* e *Saúde e Cuidados Pessoais*. No **INCC**, houve avanço de 0,05 p.p. chegando a 0,19%, com maior variação em *Materiais, Equipamentos e Serviços* e em *Mão de Obra*.

Conseqüência

O **IGP-M** voltou a apresentar desaceleração, devendo permanecer em patamares comportados. Nos valores acumulados ainda apresenta variação negativa.

Inflação

IGP-DI (Setembro/2017) – FGV

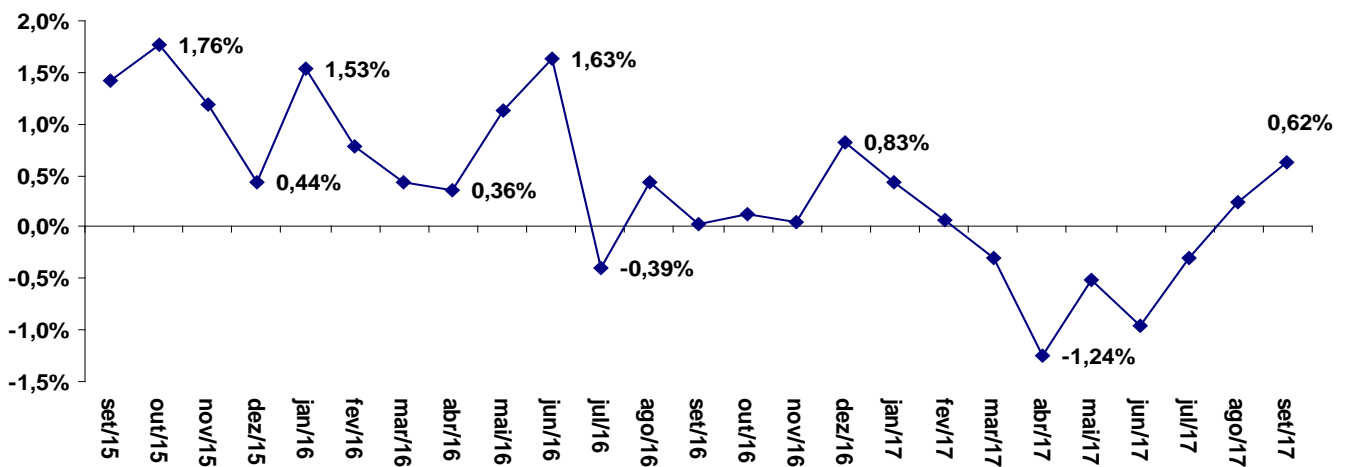
Fato

O *Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna - IGP-DI* registrou variação de 0,62% em setembro, aumentando em 0,38 p.p. frente variação do mês anterior. Nos últimos doze meses, o índice acumula variação negativa de 1,04%, e no ano 2,03%.

Causa

Na composição do **IGP-DI**, o **IPA** avançou 0,71 p.p., atingindo 0,97%, devendo-se este movimento aos *Bens Intermediários* com variação 1,22 p.p. maior do que a do mês anterior, puxado por *materiais e componentes para a manufatura*. Os *Bens Finais* aumentaram a variação em 0,69 p.p., com destaque para o subgrupo *alimentos in natura* e as *Matérias-Primas Brutas* aumentaram a taxa de variação em 0,13 p.p. com aceleração em *soja, milho e bovinos*.

No **IPC** houve queda de 0,15 p.p. na taxa de variação, decorrente da desaceleração nos preços do grupo *Habitação*, com queda mais expressiva no item *tarifa de eletricidade residencial*. Também tiveram recuo, *Transportes*, e *Comunicação*. O **INCC** teve aceleração de 0,30 p.p., com recuo de 0,15 p.p. em *Materiais, Equipamentos e Serviços* e de 0,41 p.p. em *Mão de Obra*.



Fonte: FGV

Conseqüência

O índice voltou a apresentar aceleração, o que pode influenciar as variações de índice que captam com maior peso os preços do varejo. Para os próximos meses a expectativa é que o **IGP-DI** siga em patamares moderados.

Inflação

IPCA (Setembro/2017) – IBGE

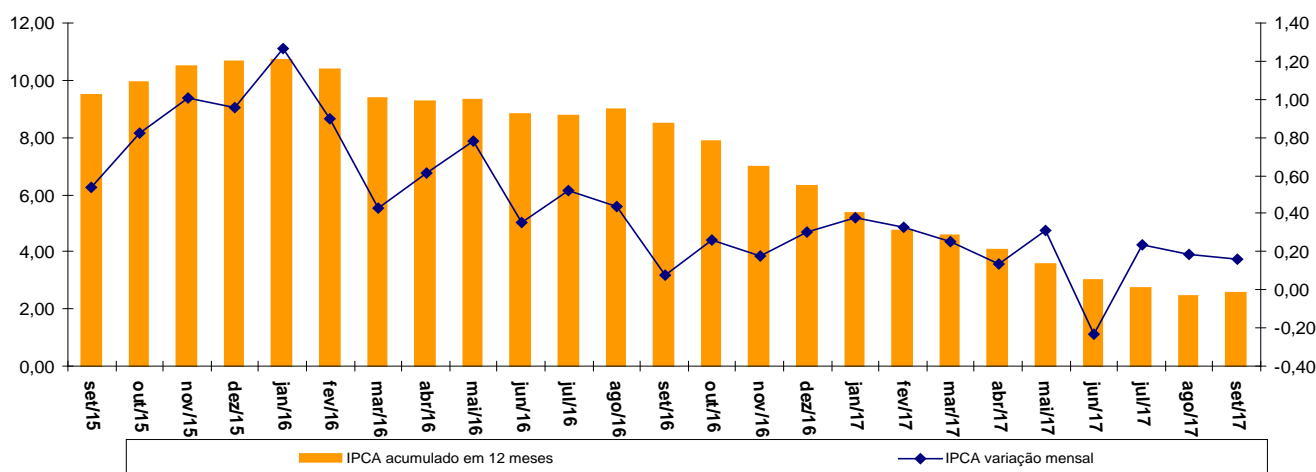
Fato

O **IPCA** variou 0,16% em setembro, 0,03 p.p. abaixo da variação de agosto. O índice acumulado em doze meses é de 2,54%, acima do registrado nos doze meses imediatamente anteriores, 2,46%. No ano, o acumulado ficou em 1,78%, bem abaixo do acumulado

no mesmo período do ano passado, 5,51%. Em **Curitiba** o índice diminuiu 0,21 p.p., registrando variação de 0,14% em setembro, 2,26% no ano e 2,55% em doze meses.

Causa

No mês o grupo *Transportes* apresentou variação de 0,79% e teve impacto de 0,14 p.p. no índice, decorrente do item *combustíveis* que registrou variação de 1,91%. Os grupos *Alimentação e Bebidas* e *Habituação* tiveram variação negativa no mês, 0,41% e 0,12%, respectivamente. O primeiro influenciado por *tomate, alho, feijão-carioca, batata-inglesa e leite longa vida*. No grupo *Habituação* a queda foi consequência da conta de *energia elétrica*.



Fonte: IBGE

Consequência

Apesar da breve aceleração no acumulado em doze meses, o *IPCA* segue em trajetória de desaceleração, devendo manter este comportamento para os próximos meses.

Inflação

IPCA - 15 (Outubro/2017) – IBGE

Fato

O *IPCA – 15* variou 0,34% em outubro, acelerando 0,23 p.p. com relação a setembro. Nos últimos doze meses o acumulado é de 2,71%, e no ano 2,25%. Em **Curitiba**, o índice foi de 0,66%, 0,54 p.p. acima do registrado em setembro e acumulando variação de 2,90% no ano e 3,24% em doze meses.

Causa

O grupo *Habituação* apresentou a maior variação no mês, 0,66%, com a maior contribuição vinda do *gás de botijão*, que subiu 5,72% e teve a maior influência individual no índice, 0,07 p.p., também teve alta a *taxa de água e esgoto*. A segunda maior variação foi no grupo *Transportes*, 0,60%, mesmo registrando desaceleração 0,65 p.p.

Consequência

Da mesma maneira que outros índices de *inflação* o *IPCA-15* demonstrou aquecimento em outubro. Embora, o percentual acumulado em doze meses ainda esteja abaixo da meta estipulada para o ano.

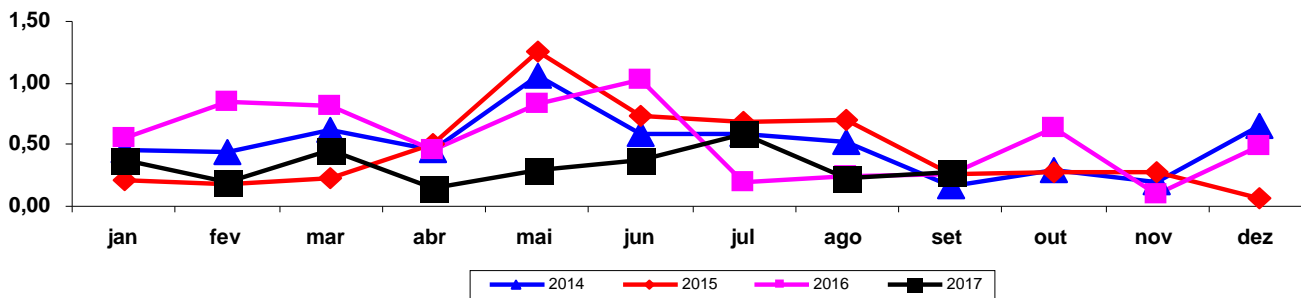
Inflação

Custos e Índices da Construção Civil (Setembro/2017) – IBGE - Caixa Econômica Federal

Fato

O *Índice Nacional da Construção Civil* variou 0,27% em setembro, 0,04 p.p. acima da variação de agosto. Em doze meses, o acumulado é de 4,25% e no ano 2,98%. O *custo nacional por metro quadrado* passou de R\$ 1.055,18 em agosto, para R\$ 1.057,99 em setembro sendo R\$ 539,52 relativos aos *materiais* e R\$ 518,47 à *mão-de-obra*.

No **Estado do Paraná**, as variações foram de 0,03% no mês, 1,72% no ano e 6,05% em doze meses. O *custo médio* atingiu R\$ 1.075,02.



Fonte: IBGE e CAIXA

Causa

Na composição do índice a parcela dos *materiais* variou 0,45%, 0,57 p.p. acima do índice de agosto, e a componente *mão-de-obra*, recuou 0,52 p.p., passando de 0,60% em agosto para 0,08% em setembro. Nos últimos doze meses, os acumulados foram: 1,63% para *materiais* e 7,18% para *mão-de-obra* e no ano: 1,58% e 4,52%, para *materiais* e *mão-de-obra*, respectivamente. No mês as variações regionais foram 0,66% na Região Norte, 0,39% na Região Nordeste, 0,10% no Sudeste, 0,34% no Centro-Oeste, e 0,19% no Sul. Ainda na verificação regional, os custos foram os seguintes: Sudeste, R\$ 1.104,79, Sul, R\$ 1.100,68, Norte, R\$ 1.059,63, Centro-Oeste, R\$ 1.061,59 e Nordeste R\$ 982,83.

Consequência

Os índices da *construção civil* seguem apontando acomodação, não devendo ocorrer nos próximos meses elevação mais intensa.

Inflação

IPP - Índices de Preço ao Produtor (Setembro/2017) – IBGE

Fato

O IPP apresentou variação de 1,50% em setembro, ficando, portanto 1,21 p.p. superior à variação do mês anterior e 1,03 p.p. maior do que a do mesmo mês do ano anterior. No acumulado em doze meses à variação foi de 2,68%, e no ano 0,48%.

Causa

No mês, dezenove das vinte e quatro atividades apresentaram variações positivas, as maiores variações foram em *indústrias extrativas, refino de petróleo e produtos de álcool, perfumaria, sabões e produtos de limpeza e outros produtos químicos* e as maiores influências vieram de *refino de petróleo e produtos de álcool, indústrias extrativas, outros produtos químicos e metalurgia*. No acumulado no ano, as maiores variações ocorreram em *alimentos, refino de petróleo e produtos de álcool, metalurgia e papel e celulose*. As maiores influências vieram de *alimentos, refino de petróleo e produção de álcool, metalurgia e veículos automotores*.

Consequência

Apesar da aceleração no mês, o *índice de preços ao produtor* segue em patamar comportado, o que deve influenciar o comportamento futuro dos *preços no varejo*.

Operações de Crédito

Nota à Imprensa (Setembro/2017) - BACEN

Fato

O total das *operações de crédito* do sistema financeiro atingiu R\$ 3.048 bilhões em setembro. Com relação com o **PIB**, atingiu 47,0%, diminuindo 3,2 p.p. com relação a setembro de 2016. A *taxa média de juros das operações de crédito referencial* atingiu 27% a.a., apresentando queda de 1,4 p.p. no mês e de 6,1 p.p. em doze meses, e a *taxa de inadimplência da carteira de crédito* caiu 0,1 p.p. no mês e também na comparação com setembro de 2016, atingindo, 3,6%.

Causa

O *estoque total do crédito* em setembro apresentou estabilidade no mês e recuo de 2,0% em doze meses. Os *empréstimos contratados com recursos livres* atingiram R\$ 1.530 bilhões em setembro, aumentando 0,2% no mês e caindo 1,1% em doze meses. O empréstimo realizado às pessoas físicas diminuiu 0,1% no mês, chegando a em R\$ 828 bilhões. No segmento de *pessoas jurídicas* houve avanço de 0,5% no mês, alcançando R\$ 702 bilhões.

O *crédito direcionado* registrou retração de 0,3% no mês e de 2,9% em doze meses, somando R\$ 1.518 bilhões, refletindo, no mês, expansão de 0,6% nos *financiamentos às pessoas físicas* e queda de 1,2% nos relativos a *pessoas jurídicas*.

O custo médio dos empréstimos para pessoas físicas recuou 1,7 p.p., em setembro, e 9,0 p.p., em doze meses, atingindo 33,9% a.a. Para as empresas, o custo recuou 1,2 p.p., no mês e 3,8 p.p., em doze meses chegando a 17,5% a.a. A taxa de inadimplência da carteira de crédito referencial recuou 0,1 p.p., chegando a 3,6%. Por segmento as taxas foram 3,9% para pessoas físicas e 3,3% para empresas. O spread bancário diminuiu 1,0 p.p., no mês, e 3,3 p.p., em doze meses, chegando a 20,2 p.p.

Consequência

O *crédito* mantém sua tendência de arrefecimento, apresentando queda nos últimos levantamentos. Para os próximos meses deve iniciar alguma recuperação, porém sem grande intensidade.

Setor Externo

Nota à Imprensa (Setembro/2017) - BACEN

Fato

Em setembro as *Transações Correntes* registraram *superávit* de US\$ 434 milhões. As *reservas internacionais* no conceito de liquidez diminuíram US\$ 599 milhões, totalizando US\$ 381,2 bilhões e a *dívida externa* somou US\$ 320,7 bilhões.

Causa

O *Saldo da Conta de Transações Correntes* acumulou nos últimos doze meses, déficit de US\$ 12,6 bilhões, equivalente a 0,63% do PIB, decorrente principalmente da *conta de serviços*, com *déficit* de US\$ 2,9 bilhões. Na *conta capital* destacaram-se, no mês, os *ingressos líquidos de investimentos estrangeiros diretos*, US\$ 6,3 bilhões, acumulando US\$ 83,4 bilhões nos últimos doze meses. A *movimentação das reservas*, durante o mês de setembro foi consequência, principalmente, *receitas de remuneração das reservas*, contribuindo para a elevação, US\$ 330 milhões e *das variações de preços e de paridades*, que reduziram o estoque em US\$ 965 milhões e US\$ 63 milhões, respectivamente. A *dívida externa* registrou elevação de US\$ 5,8 bilhões em relação ao montante apurado em junho sendo composta por US\$ 59,8 bilhões em curto prazo e US\$ 260,9 bilhões a médio e longo prazo.

Consequência

A queda do déficit em transações correntes, principalmente pela recuperação *do superávit da balança comercial*, tem sido extremamente favorável para o setor externo. Para os próximos meses, não são esperadas alterações muito significativas no cenário.

Política Fiscal

Nota à Imprensa (Setembro/2017) - BACEN

Fato

Em setembro, o *setor público não financeiro* registrou *déficit* de R\$ 21,3 bilhões, considerando o fluxo de doze meses o acumulado atingiu *déficit* de R\$ 152,4 bilhões (2,35% do PIB). A *dívida líquida do setor público* alcançou R\$ 3.298,1 bilhões (50,9% do PIB), aumentando, no ano, 4,7 p.p. na *proporção do PIB*. O montante dos *juros apropriados* atingiu R\$ 32 bilhões no mês, e R\$ 415,1 bilhões (6,40% do PIB) em doze meses. O *resultado nominal* registrou *déficit* de R\$ 53,3 bilhões, e no acumulado em doze meses o *déficit* atingiu R\$ 567,5 bilhões, 8,75% do PIB.

Causa

Na composição do *déficit primário*, o *Governo Central* gerou resultado negativo de R\$ 22,2 bilhões e os *governos regionais e as empresas estatais* apresentaram *superávit* de R\$ 776 milhões e R\$ 191 milhões, respectivamente. Com relação aos *juros apropriados* em setembro, R\$ 32 bilhões, resultado abaixo do apropriado em agosto, R\$ 36 bilhões. No ano, os *juros nominais* chegaram a R\$ 385,2 bilhões, aumentando R\$ 4,7 bilhões em relação ao mesmo período de 2016.

Com relação à *Dívida Líquida do Setor Público* como *percentual do PIB*, o avanço no ano foi consequência principalmente da *incorporação de juros*, *do déficit primário*, *da valorização cambial acumulada* e *do reconhecimento de dívidas*. Em sentido contrário, contribuíram o *crescimento do PIB nominal* e o *ajuste de paridade da cesta de moedas*.

Consequência

Para os próximos períodos, o a expectativa é de redução do déficit primário e da *relação Dívida/PIB*, apesar do *déficit nominal*, permanecer elevado.